

REVISTA

BOLETIM

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

DIVERSIDADE CULTURAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

V. 102, N. 02.2024

Agosto - Dezembro/2024

ISSN 2526-7442

V.102

- Reflexões e práticas comunitárias

OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)**

B688 Boletim do Observatório da Diversidade Cultural, v. 102, n. 2 (ago.-dez. 2024) / Coordenação editorial José Márcio Barros... [et al]. – Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2024.

Vol. 1, n. 1 (2014)-

ISSN 2526-7442

Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>

1. Cultura. 2. Diversidade Cultural. 3. Ação Comunitária. 4. Territórios. I. Barros, José Márcio. II. Pinto, Ana Carolina de Lima. III. Val, Ana Paula do. IV. Dupin, Giselle. V. Brizuela, Juan Ignacio. VI. Costa, Kátia. VII. Lolata, Priscila Valente. VIII. Melo, Sharine M. IX. Martins, Sílvia Maria Bahia.

CDD 306.47

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

EXPEDIENTE

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma publicação periódica que difunde textos, artigos, entrevistas, relatos de experiências, resenhas, reportagens e trabalhos artísticos (ilustrações, gravuras, fotografias) relacionados à diversidade cultural em suas diferentes perspectivas conceituais, metodológicas e estéticas, na qual pesquisadores envolvidos com a temática refletem sobre sua complexidade em suas variadas vertentes.

BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Equipe Editorial

Editor-Chefe

José Márcio Barros

Editores Assistentes

Juan Ignacio Brizuela
Sharine Machado Cabral Melo

Editores Associados

Ana Paula do Val
Katia Maria de Souza Costa
Sílvia Maria Bahia Martins

Editora de Arte

Priscila Valente Lolata

Secretária

Ana Carolina de Lima Pinto

Conselho Editorial

Giselle Dupin
Giselle Lucena
Humberto Cunha
Isaura Botelho
Luis A. Albornoz
Núbia Braga
Paulo Miguez

Consultora editorial

Lorena Tavares de Paula

Assistente editorial

Diogo Roberto da Silva Andrade

Projeto Gráfico e Diagramação

Ana Carolina de Lima Pinto

Observatório da Diversidade Cultural

Rua da Bahia, 1148 - sala 1729 - Centro
Belo Horizonte/MG

e-mail: boletim.odc@gmail.com
observatoriodadiversidade.org.br/boletins/

Acompanhe o ODC

observatoriodadiversidade.org.br





Patrocínio



Parceiros



Realização



Incentivo

Projeto
1201/2022



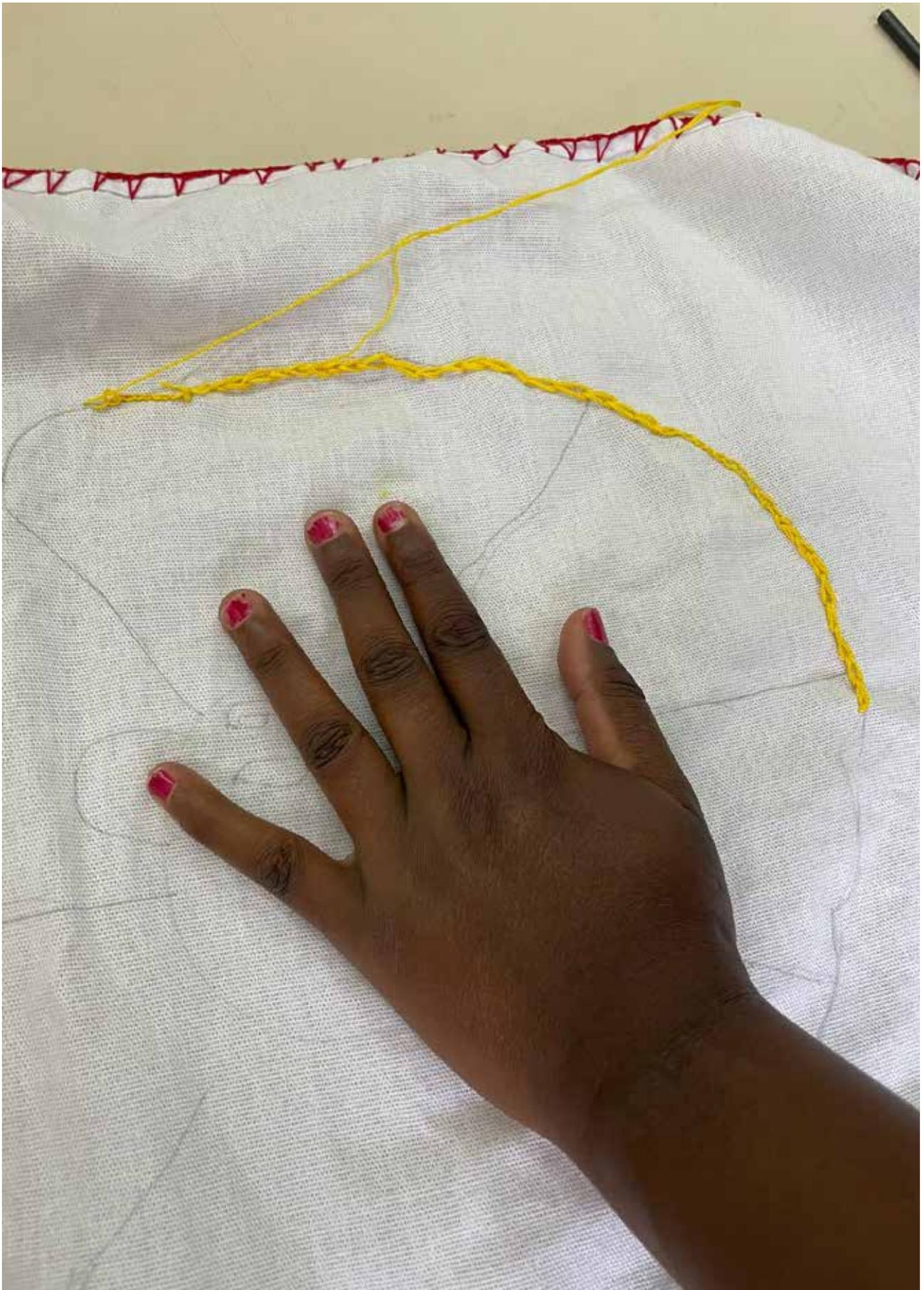
CULTURA

**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**
trabalhoenergiação

SUMÁRIO



- 7** EDITORIAL
- 10** Anônimos Notáveis: uma experiência com a Diversidade Cultural no espaço comunitário
Andressa Iza Gonçalves, Felipe de Oliveira e Maria Clara Rocha
- 44** Práticas comunitárias, territórios, cidadania e regionalização
José Oliveira Jr.
- 72** Usos do termo “Comunidade” nos documentos de referência das Conferências Nacionais de Economia Solidária: significados e implicações para a prática social
Sílvia Maria Bahia Martins
- 87** APRESENTAÇÃO DOS AUTORES
- 91** SOBRE A EQUIPE EDITORIAL E EDITORIA DE ARTE
- 94** SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL



Bordado em produção durante o projeto Anônimos Notáveis
Centro Cultural Urucuia
Belo Horizonte, Junho, 2024



Ao relacionar a diversidade cultural e a ação comunitária, estamos evidenciando duas dimensões sociais que estão intimamente interligadas e possuem um papel fundamental na consolidação de sociedades inclusivas, coesas e plurais.

Expressão das diferenças simbólicas e dos modos de representar a realidade, a diversidade cultural está presente nas tradições, nas artes e, especialmente, nas dimensões cotidianas da vida. A diversidade cultural configura nossas experiências de viver em grupos e comunidades, contribuindo para nossas experiências de pertencimento, compartilhamento e identidade.

Nessa perspectiva, a diversidade tanto nos oferece a experiência dos pertencimentos identitários, quanto nos remete a uma experiência maior, mais ampla, de encontro, trocas e intercâmbios com outras matrizes culturais.

Articular a diversidade com a ação comunitária significa somar aos esforços de grupos e coletividades no enfrentamento de questões sociais, econômicas e ambientais, educacionais e culturais vividas no cotidiano, com a perspectiva das trocas identitárias e simbólicas.

A convergência entre diversidade cultural e ação comunitária configura-se como elemento de fortalecimento do tecido social por meio de processos de reconhecimento, representatividade e inclusão.

Este é o objetivo desta edição da **Revista Boletim Observatório da Diversidade Cultural**: evidenciar como ações de base comunitária podem conscientizar integrantes de comunidades territoriais sobre a importância da diversidade cultural, do combate a preconceitos e apagamentos sociais e do fortalecimento dos diálogos interculturais. Essa articulação mostra-se estratégica para o enfrentamento dos desafios coletivos das comunidades.

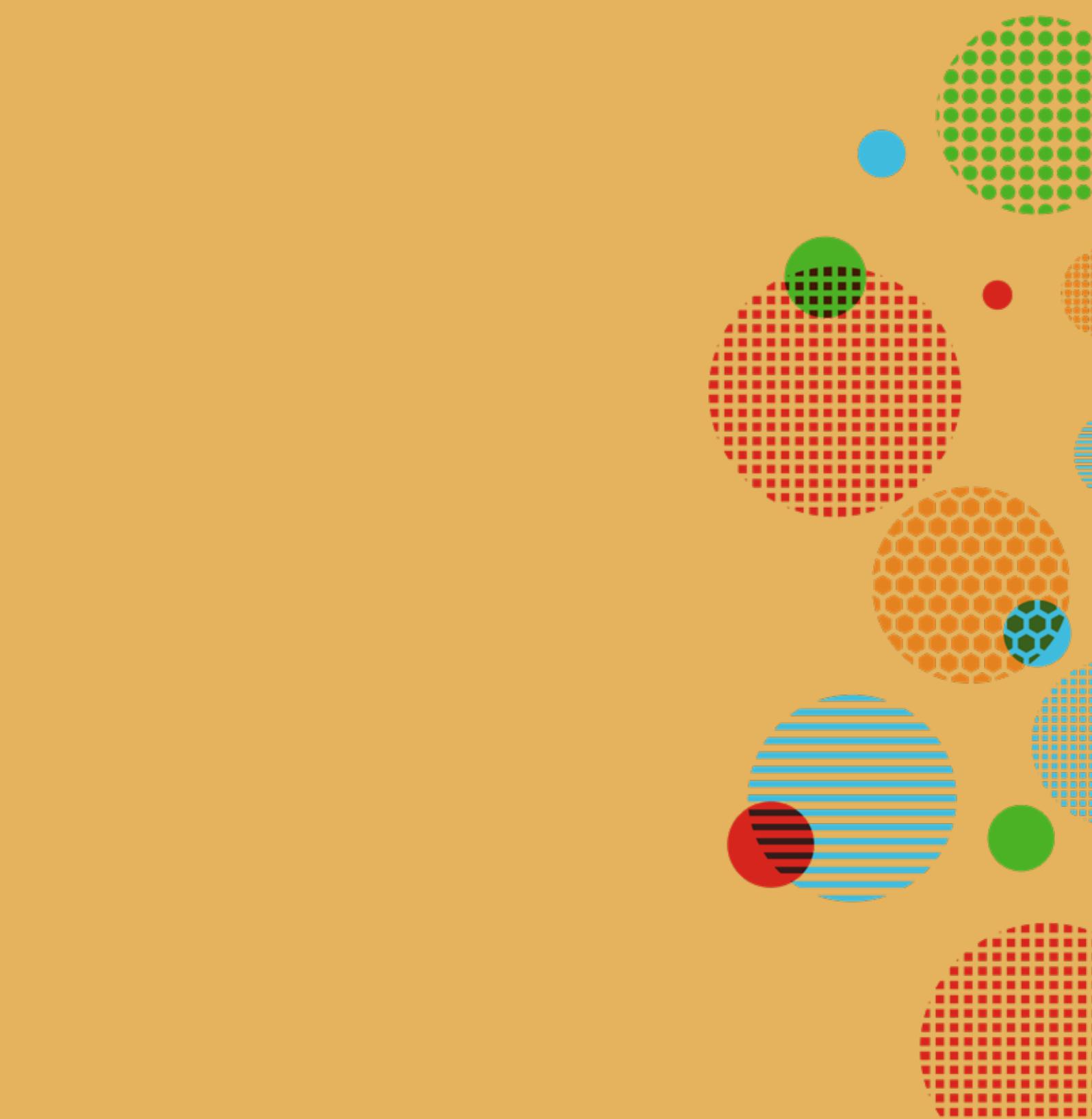
A primeira parte é composta por textos, relatos e reflexões sobre a experiência do projeto **Anônimos Notáveis**, realizada no território do

Barreiro, na cidade de Belo Horizonte (MG), por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e patrocínio do Instituto Unimed, em 2024.

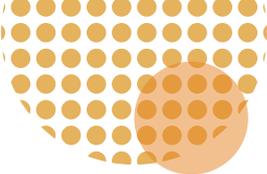
Em seguida, apresentamos o texto de José Oliveira Jr, que nos convida a refletir sobre as relações entre práticas comunitárias, territórios, cidadania e regionalização. Encerra este número uma interessante análise sobre como o termo comunidade é tratado nos documentos de referência das Conferências Nacionais de Economia Solidária.

Boa leitura!

Equipe Editorial



PROJETO ANÔNIMOS NOTÁVEIS



Anônimos Notáveis:

uma experiência com a Diversidade Cultural no espaço comunitário

Andressa Iza Gonçalves¹

Felipe de Oliveira²

Maria Clara Martins Rocha³

RESUMO

O presente trabalho é resultado do projeto Anônimos Notáveis que se propôs a mapear e difundir práticas e expressões culturais periféricas de Belo Horizonte, valorizando histórias e memórias de sujeitos anônimos, antigos e contemporâneos. Teve como base local a regional do Barreiro, reconhecida por sua efervescência cultural, para registrar e analisar práticas comunitárias que promovem a diversidade cultural como vetor de criatividade, diálogo e construção de uma cultura de paz. Com uma metodologia baseada em memória coletiva, mobilização comunitária e mapeamento local. O projeto buscou identificar resistências e potencialidades comunitárias. Ao fomentar a inclusão e o uso criativo dos recursos culturais, visou consolidar a diversidade como elemento central para a identidade e o desenvolvimento social da cidade.

*

1 Bacharel em Turismo pela PUC Campinas e Especialista em Tecnologia Social da Memória pelo Museu da Pessoa. Co-autora dos livros *Memórias Iluminadas* e *Reinado de Bené*. Atualmente é conselheira da cadeira de Museus, Espaços de Memória e Acervos do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais. E-mail: aiza@viraminas.org.br

2 Doutorando em Artes e Mestre em Artes pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Especialista em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA e graduado em Cinema e Audiovisual também pelo Centro Universitário UNA. Iniciou sua carreira musical em 2015, após uma trajetória no cinema. Possui três álbuns lançados, tendo conquistado o Prêmio da Música Popular Mineira (2022) e circulado com seus shows por diversas cidades, feiras e festivais. E-mail: avozdofelipe@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4455416153078942>

3 Doutoranda em Culturas Visuais na *Goldsmiths University of London*, Mestra em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pós-graduada em Artes Plásticas e contemporaneidade pela Escola Guignard da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), graduada em Licenciatura em Artes Visuais na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Criadora do projeto *The Family Moment*, premiado pelo *Santander Enterprise UK* em 2020. Trabalha na área de curadoria e consultoria de arte e educação desde 2013, no Brasil e no Reino Unido. E-mail: mariaclara.mrocha@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8580586227641969>.

O projeto **Anônimos Notáveis** nasceu do desejo de mapear e difundir práticas e expressões culturais e artísticas que acontecem para além dos circuitos tradicionais de Belo Horizonte. Partindo da consciência histórica da cidade, que desde seu planejamento e construção, carrega em si diversas vozes que vão das forças econômicas dentro do Estado à época, passando pelo desejo de ser a representação da modernidade e do progresso republicano até chegar a apagada e quase nada difundida história daqueles que aqui habitavam antes da construção da nova capital.

Esses sujeitos, que foram relegados ao anonimato pela história oficial da cidade, habitam algumas memórias, mas nunca ganharam plataformas oficiais de grande destaque no consciente coletivo da cidade, sendo quase uma leitura mítica ou quase caricatural de alguns "personagens", como a Maria Papuda, entre outros. Junto deles, há também os novos anônimos que habitam a cidade, mas não são representados nas mídias tradicionais, nos livros de história, nas memórias das instituições que contam o que é a Belo Horizonte "da real", de grupos vulneráveis e periféricos.

Esse projeto procura trazer uma leitura contemporânea das diferentes histórias no tecido social e um diálogo com essas memórias que precisam ser contadas e repensadas a partir da lente das diferentes vozes que hoje aqui habitam e daqui a algumas décadas podem não existir em nenhum lugar e se perderem. O Barreiro é uma das regionais com mais efervescência cultural na cidade e foi escolhido como o ponto inicial para que esse mapeamento fosse criado. Afastado dessa história tradicional contada a partir da perspectiva modernista e republicana, essa regional acrescenta a esse projeto uma gama de expressões culturais que carregam um valor muito estimado na construção de uma cultura de paz e investimento na qualidade de vida a partir de experiências comunitárias.

Para isso, uma metodologia foi desenvolvida focada em cultura e mobilização comunitária, memória coletiva e individual, transversalidade e mapeamento local. A fim de identificar práticas e sujeitos de resistência e construção de novas perspectivas, anseios e características da comunidade local e do entorno. Pesquisando os usos criativos dos recursos comunitários e quais espaços, quais práticas, quais potenciais, quais

anseios, quais necessidades compõem esse mapeamento da situação dos atores sociais locais.

A cultura está no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a paz social e o desenvolvimento de uma economia baseada no saber, pois a Diversidade Cultural é uma fonte de dinamismo social e econômico que pode enriquecer a vida humana, suscitando a criatividade e fomentando a inovação. Mas, para que a diversidade das culturas seja respeitada e promovida como bem comum, é preciso que haja tolerância, diálogo e cooperação entre as diferentes comunidades e povos, num clima de confiança e de compreensão mútua que garantam a construção de uma cultura de paz e de segurança.

Por esse motivo, a Diversidade Cultural está presente nessa experiência de interação comunitária e na construção desse mapeamento onde cada sujeito se localiza dentro desse contexto cultural da sua comunidade. Enfim, como todos podem reconhecer-se no espaço onde moram e, principalmente, como podem intervir positivamente naquele ambiente. Para que as ações culturais deixem de ser avulsas, sem interlocução umas com as outras e passem a um aspecto importante de planejar para usar de forma criativa todos os aspectos e recursos da comunidade, onde todos possam sentir-se úteis, representados, vistos e ativos.

Since 2009 Restaurante

Eva
Suedna

Comida
Caseira



Trabalho produzido durante o projeto Anônimos Notáveis
Centro Cultural Lindeia Regina
Belo Horizonte, Junho, 2024

Redescobrimos histórias invisíveis e a memória viva do Barreiro

No projeto **Anônimos Notáveis**, organizado pelo Observatório da Diversidade Cultural (ODC), trabalhamos para dar visibilidade a histórias e práticas culturais muitas vezes ocultas nos bairros da Regional do Barreiro, em Belo Horizonte. Realizado nos centros culturais Lindéia Regina e Urucuia e nas Escolas Municipais Poeint e Professor Mello Cançado, buscamos mapear, registrar e difundir as expressões culturais e memórias que habitam os territórios fora dos circuitos midiáticos tradicionais. Com nossa equipe formada por Andressa Iza Gonçalves, pesquisadora de memória oral, Felipe de Oliveira, músico e cineasta, e Clara Rocha, arte-educadora e curadora, convidamos a comunidade a redescobrir e valorizar suas próprias histórias.

A Vivência

Nós, os facilitadores, nas reuniões iniciais percebemos que nossas formações poderiam ajudar na elaboração de uma metodologia de registro e compartilhamentos de memórias que não fosse uma aula ou palestra, que fosse uma troca de histórias e assim, irmos caminhando e explorando territórios e olhares diversos sobre o Barreiro. Como estrangeiros destes bairros, chegamos de mansinho, entrando nas atividades que os moradores já faziam, mais atentos em escutar do que falar, facilitando e mediando as atividades práticas para explorar novas formas de olhar o bairro e as pessoas anônimas que contribuíram para o seu desenvolvimento.

Partindo da premissa que todo mundo tem história e que toda história tem valor, focamos nas memórias individuais e coletivas, na vida cotidiana e ordinária, queríamos as histórias de pessoas que não estão nos livros, queríamos que cada pessoa se sentisse sujeito atuante na sua comunidade. Utilizamos a Tecnologia Social da Memória como suporte para nossas ações.

A Tecnologia Social da Memória é uma metodologia desenvolvida pelo Museu da Pessoa, voltada para a criação e preservação de registros de memória oral e coletiva, especialmente em comunidades. Ela utiliza ferramentas que incentivam a escuta ativa e o compartilhamento de

histórias pessoais, promovendo o resgate de memórias que refletem a diversidade cultural e social do grupo.

O processo envolve etapas como entrevistas, rodas de histórias, oficinas e a construção de narrativas colaborativas, onde cada participante é ao mesmo tempo narrador e ouvinte. As histórias são gravadas, organizadas e, muitas vezes, digitalizadas para se tornarem acessíveis a um público mais amplo, criando uma base de dados viva e acessível para consulta futura.

Além de preservar histórias, essa tecnologia tem um papel educativo e de fortalecimento identitário. Ela permite que as pessoas, ao ouvirem e contarem suas experiências, sintam-se valorizadas, conectando passado e presente, e criando uma rede de memória que apoia o sentimento de pertencimento e a mobilização social. O Museu da Pessoa aplica essa metodologia como uma ferramenta de transformação social, reconhecendo que cada história contribui para a construção da memória coletiva.

O fio da memória das memórias das bordadeiras do Centro Cultural Urucuia

Com as bordadeiras do **Centro Cultural de Urucuia** sentimos a necessidade de participar das atividades que elas já faziam, o bordado foi o fio condutor para nossas trocas. Entre panos e linhas elas iam desfiando a suas memórias enquanto nos ensinavam o ponto atrás, a correntinha e nó francês. Partindo da nossa pergunta geradora: Quando foi o primeiro contato que tiveram as agulhas e linhas? Íamos bordando e colhendo histórias de vida e superação, muitas casaram jovens e tiveram vidas difíceis e viam naquele grupo um suporte para compartilhar trabalhos manuais e mais que isto, conselhos e vivências.

Nos próximos encontros com as bordadeiras pedimos para que trouxessem fotos ou bordados antigos que contassem um pouco das histórias de sua vida ou que relembraassem momentos vividos no Centro Cultural. Levamos o mapa do Barreiro impresso em algodão cru. A atividade consistia em situar no mapa o local em que moravam e irem contando um pouco dos locais no bairro que fizeram parte das suas histórias de vida. A bica onde lavavam roupa, as árvores e plantas medicinais que

curavam, as pessoas importantes no bairro, como a benzedeira Maria Generosa, que hoje é até nome de rua, foram histórias que nos contaram. A questão é que bordar é um processo lento, exige tempo e dedicação, os encontros acabaram antes que o bordado do mapa ficasse pronto. O mapa ficou com as bordadeiras e, quando estiver pronto, será pendurado na sala das oficinas.

Construindo memórias coletivas: um olhar sobre a Diversidade Cultural no Centro Cultural Lindéia Regina

No **Centro Cultural Lindéia Regina**, desde as primeiras visitas, podemos ver o poder transformador da participação popular em sua criação, aquele centro havia sido conquistado pela população pelo orçamento participativo de Belo Horizonte. Ficava localizado na rua Aristolino Basílio de Oliveira, uma via tranquila e arborizada, situada entre uma UPA e uma loja de pipas, quase em frente à casa da dona Glorinha, conhecida por fazer presépios e bonecos de papel machê.

Neste espaço, trabalhamos com um grupo de teatro e outro de artes visuais. Através de dinâmicas interativas, os participantes exploraram o poder da memória e da imaginação para a construção de uma “ficção social” – um exercício de visualizar o futuro que desejam ver realizado.

O primeiro passo foi conhecer as histórias por trás de cada nome. Os jovens compartilharam as origens e os significados de seus nomes, revelando as influências culturais e familiares que carregam. Esse momento abriu o caminho para uma reflexão mais profunda, estabelecendo uma conexão entre identidade e memória.

A seguir, com o grupo de artes visuais, foi realizada a “Linha do Tempo Coletiva”, uma dinâmica que utiliza três palavras geradoras – “Eu”, “Nós” e “Todo” – para estimular a lembrança de memórias significativas. Os participantes receberam post-its coloridos e foram incentivados a registrar eventos marcantes em três esferas: momentos pessoais que transformaram suas vidas, acontecimentos que impactaram suas comunidades e fatos históricos e relevantes a nível nacional ou global.

Organizando suas memórias, os jovens perceberam como suas histórias individuais se entrelaçam com as experiências coletivas e as narrativas mais amplas da sociedade. Esse mosaico de post-its foi

disposto em ordem cronológica, formando uma linha do tempo no chão que representava, simultaneamente, o “Eu”, o “Nós” e o “Todo”. Conforme narravam suas lembranças, os jovens identificaram os pontos de intersecção e as ressonâncias entre suas experiências pessoais e as coletivas, criando uma compreensão mais ampla e integrada do impacto que o contexto social tem sobre cada indivíduo.

Para finalizar a atividade, o conceito de “ficção social” foi introduzido, inspirado no trabalho do Nobel da Paz Muhammad Yunus, que nos lembra de como a humanidade, historicamente, construiu visões de futuros possíveis através da ficção científica. Ao imaginar tecnologias e sociedades diferentes, criamos um desejo coletivo que impulsiona inovações. Os jovens foram então convidados a imaginar o futuro da sociedade, criando “ficções sociais” que desenhassem cenários desejáveis para o futuro.

Essa atividade permitiu que refletissem sobre suas esperanças, expressando visões tanto otimistas quanto pessimistas, e fomentando um diálogo sobre o que cada um gostaria de ver realizado em suas comunidades e na humanidade.

Essas discussões e atividades no Centro Cultural Lindéia Regina destacam como espaços culturais podem ser agentes de mudança, conectando passado, presente e futuro, e reunindo as histórias individuais para compor um mosaico coletivo de memórias. Com essas memórias, é possível sonhar com novas realidades e despertar a consciência de que a construção de um futuro melhor começa com a valorização da diversidade cultural que permeia nossa história compartilhada.

Corpo como memória viva: a dinâmica “Corpo-Visão” no Centro Cultural Lindéia Regina

Dando continuidade às ações de Anônimos Notáveis, realizamos a dinâmica “Corpo-visão” com o grupo de artes visuais do Centro Cultural Lindéia Regina. Esta atividade foi pensada para que os participantes pudessem usar o corpo como uma forma de memória e expressão, revelando como experiências pessoais são inscritas em cada um de nós.

Em um ambiente acolhedor e colaborativo, os jovens foram incentivados a desenhar seus corpos em tamanho real sobre grandes

folhas de papel pardo, expressando-se livremente e retratando suas histórias individuais.

O exercício começou com a escolha de como se desenhariam: estilo, roupas e poses. Cada detalhe escolhido trazia consigo uma camada de significado. Para muitos, foi uma oportunidade de mostrar como se veem e se sentem confortáveis, enquanto outros preferiram destacar roupas que carregavam lembranças ou estilos que representavam fases importantes de suas vidas.

Uma parte importante da dinâmica foi a identificação de memórias no corpo desenhado. Cicatrizes, marcas, ou até mesmo tatuagens que simbolizavam momentos específicos ou experiências significativas foram registradas nos desenhos. Esses detalhes trouxeram à tona uma narrativa íntima sobre suas trajetórias, marcando o corpo como um diário visual, onde cada marca guarda uma história.

A dinâmica “Corpo-Visão” nos mostrou, mais uma vez, o quanto os jovens têm uma habilidade impressionante de expressar suas emoções e experiências através da arte. Suas representações não apenas capturaram momentos significativos de suas vidas, mas também demonstraram a diversidade de formas pelas quais a memória pode ser preservada e compartilhada. Essas experiências, entrelaçadas, compõem um mosaico vivo de histórias que reforça a importância do projeto Anônimos Notáveis na valorização das memórias invisíveis e na criação de espaços para que cada jovem se reconheça e seja reconhecido como agente de sua própria história.

Anônimos Notáveis: redescobrimo o Barreiro e os protagonistas do cotidiano

Na etapa final do projeto Anônimos Notáveis, concluímos as atividades nas **escolas municipais Pooint e Professor Mello Cançado**, onde atuamos junto aos alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Essa modalidade de ensino foi criada para atender jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade apropriada, e normalmente acontece no período noturno. Com apenas dois encontros disponíveis em cada escola, optamos por dinâmicas ágeis, mas impactantes.

No primeiro encontro, realizamos a dinâmica do nome, em que os participantes compartilhavam a história por trás de seus nomes: quem escolheu, por que motivo, e o que esses nomes representavam para eles. Em seguida, assistimos ao documentário *Europa, Me Avise Quando Chegar*, de Victor Vieira, que traz memórias do narrador sobre o bairro Jardim Europa, em Belo Horizonte. Esse filme se conectou ao objetivo do projeto, inspirando os participantes a refletirem sobre as memórias e transformações de seu próprio bairro.

No segundo encontro, trouxemos uma atividade prática de colagem, na qual incentivamos os estudantes a representarem uma pessoa importante em suas vidas ou no bairro. Para muitos, essa pessoa era um verdadeiro “anônimo notável”, uma figura que, sem destaque, marcou a comunidade. Os relatos foram emocionantes, como a história de uma professora homenageada por uma colega, que ressaltou o carinho que todos sentiam por ela, e o depoimento sobre um padeiro que ainda hoje percorre as ruas entregando pães, preservando um ofício tradicional nos bairros de Belo Horizonte.

Essa experiência inspirou em nós uma vontade profunda de continuar esse processo. Percebemos que, para aprofundar o mapeamento e a descoberta das histórias locais, seria necessário mais tempo para realizar um trabalho que realmente despertasse o olhar dos participantes e fortalecesse a consciência de que eles são protagonistas de suas próprias histórias. Conhecer novas narrativas permite que repensemos e reorganizemos nossas crenças e valores, muitas vezes renovando percepções que estão desgastadas pelo tempo e pela rotina.

Essas experiências nas escolas, assim como nas oficinas com as bordadeiras e o grupo de teatro, plantaram sementes de uma nova forma de ver o mundo ao redor. Em nossas aulas, inspiramo-nos nas ideias de José Márcio de Barros, idealizador do Observatório da Diversidade Cultural, sobre a diferença entre ver e olhar. Enquanto o “ver” é uma atitude involuntária, simplesmente abrir os olhos e enxergar o que está à frente, o “olhar” é intencional, uma atitude de reflexão, onde direcionamos nossa atenção para aquilo que realmente queremos ver.

Levamos esse conceito para os participantes, incentivando-os a aplicar esse olhar intencional ao bairro e ao espaço que habitam. Quantas

vezes, ao passar pelo mesmo local todos os dias, deixamos de reparar nas árvores, nas casas ou nas pessoas ao redor? É quando alguém de fora comenta sobre a beleza de um detalhe que muitas vezes redescobrimos o encanto de algo que parecia invisível. A ideia é que cada pessoa, ao viver em um bairro, possa ser mais que uma residente – possa tornar-se uma agente atuante, uma protagonista.

Assim, o projeto Anônimos Notáveis deixa um legado de sensibilização e de transformação. Esperamos que os alunos, as bordadeiras, os jovens do teatro e todos os que participaram continuem a olhar o Barreiro com um novo olhar, reconhecendo que cada um de nós faz parte da memória viva da comunidade. Que cada história, cada rosto e cada gesto simples possam ser vistos e valorizados, para que o Barreiro – e todos os territórios que carregam histórias invisíveis – continue a florescer como espaço de diversidade, de cultura e que empodere as comunidades a abraçar suas histórias e tradições como recursos para moldar um amanhã mais justo, digno e sustentável.

Encontros

Centro Cultural Urucuia

21 de maio de 2024

As bordadeiras do grupo "Mãos Amigas" acolheram Andressa, Clara e Felipe para uma nova experiência: desenvolver um trabalho que inclui a memória e a percepção de sujeitos como Anônimos Notáveis.



1

2



04 de junho de 2024

No segundo encontro os diálogos voltaram a se estabelecer a partir das histórias de vida de cada participante. Fizemos um registro fotográfico das mãos de cada bordadeira tecendo seus trabalhos de bordado.

11 de junho de 2024

As bordadeiras receberam as fotos de suas mãos bordando impressas no tecido e o mapa da regional Barreiro traçado também no tecido de algodão cru. Nesse processo, conduzimos conversas sobre suas histórias e memórias do bairro: com quem interagem? Quais histórias compõem as memórias desse lugar?



3

4



18 de junho de 2024

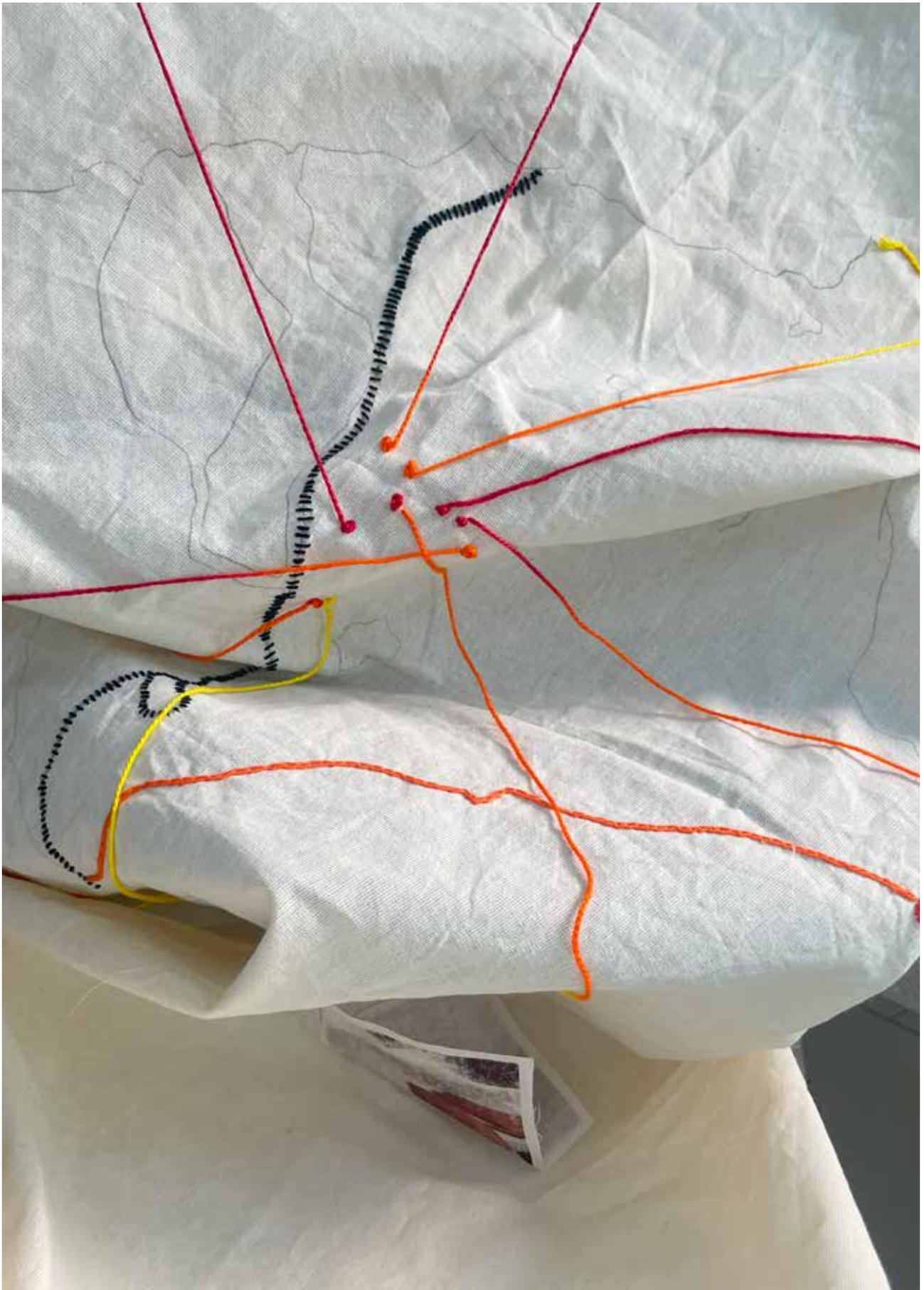
Um dia de investigação das imagens que compõem as memórias dessas mulheres. Solicitamos que trouxessem fotos de álbuns de família e elas trouxeram imagens que continham memórias com valores pessoais. Trouxeram também a história coletiva do grupo, que já participou de diversas feiras e exposições de bordados em Belo Horizonte.

20 de agosto de 2024

Gostinho de quero mais... um dia de visita, tal como se visita as amigas para um café e para saber como elas estão. Esse encontro aconteceu com a proposta de reforçar um vínculo e manter o laço já constituído, acompanhar o processo de construção do bordado no mapa e também estabelecer o desejo de reencontro.

5





Bordado produzido durante o projeto Anônimos Notáveis
Centro Cultural Urucuia
Belo Horizonte, Agosto, 2024

Encontros

Centro Cultural Lindeia Regina

23 de maio de 2024

Conhecemos um grupo de jovens e adultos bastante diverso que são frequentadores do Centro Cultural Lindéia Regina, integrando os grupos de artes visuais, teatro e também outras pessoas da comunidade. Como método propusemos a construção de uma linha do tempo coletiva, com o objetivo de pensarmos memórias no campo individual e coletivo.



06 de junho de 2024

A dinâmica corpo visão foi desenvolvida com alguns membros do grupo eleitos para serem representados no papel craft. A partir desse desenho uma conversa geral foi criada refletindo sobre a relação entre corpo e memória.

08 de junho de 2024

Desenvolvemos a atividade 'história do seu nome' para abrir uma conversa com o grupo de jovens que vieram participar da oficina. Essa proposta se desenvolveu com cada sujeito se apresentando e contando qual a história dos seus nomes.



15 de junho de 2024

A oficina aconteceu com os mesmos jovens participantes do encontro anterior. O grupo foi encorajado a representar, através da colagem ou desenho, um Anônimo Notável que eles admiram na comunidade do Barreiro.

20 de junho de 2024

A partir do estímulo do encontro anterior, nessa oficina foi dada continuidade a criação de representação de Anônimos Notáveis através de colagens com os novos participantes que se agregaram ao grupo. Nessa mesma oportunidade, coletamos depoimentos de pessoas envolvidas na comunidade do Lindeia Regina.



Atelie de doces

MONICA CHAGAS



Variety of cakes

Encontros

E.M. Professor Mello Cançado

1



16 de setembro de 2024

O trabalho realizado na escola teve início no auditório onde foram reunidos todos os alunos e alunas da Educação Jovens e Adultos – EJA. Nesse contexto, o grupo foi convidado a se apresentar e contar um pouco sobre a história de seus nomes. A ideia dessa primeira dinâmica era quebrar o gelo e introduzir um possível diálogo descontraído entre o grupo, provocando uma reflexão sobre suas próprias identidades vinculadas aos seus nomes.

Na sequência, apresentamos um curta metragem como inspiração para construirmos um pensamento sobre o que é memória local, e como podemos representar essas memórias. Nesse contexto, introduzimos a proposta de quais seriam os lugares, pessoas e coisas que o grupo gostaria de nos apresentar? Obtivemos alguns relatos sobre possíveis Anônimos Notáveis e lugares interessantes da região.

2



30 de setembro de 2024

No segundo encontro, o mesmo grupo de estudantes da EJA foi dividido em dois e distribuídos em salas de aulas. Na ocasião, o foco foi construir uma imagem, através da colagem ou desenho, para representar um Anônimo Notável escolhido por cada indivíduo. Diversos alunos escolheram também utilizar o recurso da escrita para contar essas histórias e alguns, utilizaram apenas a representação imagética.

Belo Horizonte 30.08.2024

Há muitos anos atrás eu era uma criança que, gostava muito de passar na casa, da minha Tia que, morava no Linsdeia, por is tanto lá conheci, uma Sr. que era Comadre da minha Tia esse Sr Nunca, se casou Não teve Filhos, era bem conhecida, No Bairro participava de tudo Nas igrejias, Nas reuniões de Bairros sua presença era muito participativa. Os Anos Passaram, essa Sr Viveu Pra Comunidade.

Esse Ano de 2024 aos 96 anos ela Veio a falecer, Deixou um grande legado Para o Bairro Linsdeia. O lote que era dela em Vida ela Doou. Para Comunidade, logo Lá Foi Feito a creche Alago Criação de Jesus. Seu Nome: Maria Labore.



Aluna Neide Aparecida Carvalho

Encontros

Escola Municipal Poieint

23 de setembro de 2024

Em uma biblioteca aconchegante, o grupo de estudantes da EJA foi reunido para pensar suas próprias memórias e conectá-las à história da regional Barreiro. Através de uma dinâmica sobre a simbologia dos seus nomes e como/quando eles chegaram até o bairro, os estudantes produziram relatos de vida carregados de lembranças. Nesse contexto, introduzimos a ideia de quais seriam os lugares, pessoas e coisas que o grupo considerava Anônimos Notáveis e que poderiam nos apresentar no próximo encontro.



2

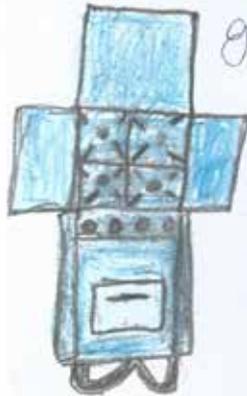


24 de setembro de 2024

Na sequência de trabalho, conectando a atividade do dia anterior, oferecemos aos estudantes da EJA a possibilidade de representarem, através da colagem ou desenho, imagens que demonstram os Anônimos Notáveis escolhidos por cada indivíduo. A dinâmica gerou uma conversa coletiva sobre quem são as pessoas anônimas que eles admiram na comunidade e como aquela região se transformou através do tempo.



Essa história é de Maria do Carmo Soares, uma mulher guerreira, que luta para não morrer as relíquias dos anos 80, nessa foto ela está passando Cinsa na panela para não grudar na panela a fumaça, o fogão de Maria do Carmo conhecida como Mara é de cimento e ela faz questão de passar cera com vermelhão para não apagar o nosso passado, la ela faz bolos deliciosos para um restaurante são mais de 30 bolos por dia. Maria do Carmo montou uma cozinha igual dos anos 80 com seu fogão a lenha e o fogão azul de asas. Maria do Carmo levanta cedo para fazer as quitandas para entregas. Eu gostaria muito que a história de Maria do Carmo fosse reconhecida.



Ass. Maria de Lourdes Soares
30/09/2024

A excepcionalidade do corriqueiro

A experiência da oficina **Anônimos Notáveis** nos defrontou com questões pungentes que referem-se, mais que aos processos educacionais, à própria noção de identidade de uma comunidade e à subjetividade de seus participantes. Neste texto, tento uma delimitação de algumas dessas questões e ouso alguma possibilidade de interpretação que aponte caminhos para respostas. Minha escolha é produzir essas pontuações a partir da cronologia do relato de minha experiência enquanto oficinairo do projeto.

Inicialmente, nossa intenção era recorrer a instituições culturais públicas da regional Barreiro, em Belo Horizonte, com a expectativa que centralizassem agentes da cultura dos bairros que compõem a região. Com isso, esperávamos reunir um material que delineasse a história local não-oficial, ou seja, a que não entra para os livros didáticos nem é ensinada nas salas de aulas, mas é apenas guardada e transmitida de geração para geração, sobretudo pela via oral, sem ser, por isso, menos importante. Estávamos orientados, portanto, por um prisma cartográfico, uma vez que intentávamos mapear esses agentes de guarda, que denominamos Anônimos Notáveis.

Quando me refiro a “agentes da cultura”, devo ter o cuidado de elucidar que não designo apenas trabalhadores das artes ou da gestão cultural. Encaramos esse conceito de maneira ampliada, de forma a abarcar qualquer cidadão cuja atuação tenha impactado na construção do senso de comunidade dos bairros que compõem o Barreiro. Me refiro, assim, a guardiões da memória coletiva, jovens e velhos artistas, artesãos, trabalhadores da manufatura, trabalhadores independentes e informais, pequenos empresários, cozinheiros, alfaiates, parteiras, costureiras, bordadeiras e quaisquer outras ocupações, sejam ofícios ou não, que costurem suas ações à história da região.

Cabe elucidar, também, que nossa intromissão no bairro, enquanto estrangeiros e intrusos, não podia ter o caráter de extração do que nos era valioso, sem deixar, com os participantes, algo que pudesse ser pra eles, da mesma forma, importante. Assim, nossa decisão foi por desenhar uma atividade que suscitasse um movimento de sensibilização daqueles agentes quanto ao valor dos saberes já incutidos neles. Saberes que, mais

que votados à racionalidade, são carregados em seus corpos, a partir de suas vivências e experiências. São saberes, muitas vezes, rebaixados pelo imperativo de produtividade capitalista, que aos poucos os deixa de lado e os substitui apenas pelo que pode ser útil, tornando-os empoeirados e cada vez menos acessados.

Através dessa sensibilização, propusemos trazer esses saberes à tona, com o intuito que esses agentes pudessem reconhecer-se entre eles, prescindindo de uma validação nossa. Não caberia a nós designar quem são essas figuras notáveis e anônimas, mas, sim, aos próprios participantes da comunidade, perceber, pesquisar, lembrar, eleger e descrever esses sujeitos que contribuíram para fazer daqueles bairros o que eles são hoje.

O primeiro desafio logo surgiu. José Márcio Barros, idealizador do projeto, desde o início enfatizou, acertadamente, que o formato das oficinas não poderia se parecer com uma aula convencional. Não estávamos ali para comunicar conceitos, nem partir do perigoso pressuposto, por vezes colonialista, de que tínhamos algo a lhes ensinar. Precisávamos, ao contrário, possibilitar um ambiente confortável, estimulante e eficiente que acolhesse suas falas. Nosso processo, diante disso, foi o de criar em conjunto um método que cumprisse com essas condições, que se deu, em larga medida, no confronto entre os erros e acertos que se sucederam durante o próprio percurso, num reajuste constante, embasado pelo diálogo recorrente.

Os trêsicineiros, Andressa Clara e eu, mobilizamos nossas referências de modo a encontrar, a partir das contribuições singulares de cada um, o formato que nos fosse comum, que contemplasse nossas experiências pregressas e inaugurasse possibilidades para experiências futuras. Inventariamos dinâmicas que, de acordo com nossa expectativa, direcionariam os participantes para o lugar de sensibilidade que era nosso objetivo.

Assim, trabalhamos inicialmente com quatro grupos: as bordadeiras do Centro Cultural Urucuia os alunos de teatro e artes visuais do Centro Cultural Lindeia Regina e os alunos de EJA das escolas municipais POEINT e Mello Cançado. O primeiro, composto por mulheres da terceira idade; o segundo, integrado em geral por adolescentes entre 12 e 17 anos; o terceiro e o quarto caracterizados por adultos que cursavam o ensino básico.

Lidar presencialmente com público, em período pós-pandêmico e na era da onipresença das mídias sociais, é uma tarefa cada vez mais

desafiadora. Sustentar o interesse, a atenção e a frequência são questões comuns aos projetos que dependem da presença para acontecer. No caso do grupo de bordados, nosso vínculo se deu através do afeto. Conseguimos, quase que de imediato, estabelecer uma relação que rompeu a tesa superficial da distância e enlaçou-nos a todos. Nunca pedimos que elas suspendessem suas atividades para realizarem as nossas. Ao contrário, aderimos, nós, ao fazer do bordado, enquanto o fio da costura tecia a prosa, que foi, ela mesma, substrato e matéria prima para nossa pesquisa.

Já com o grupo dos adolescentes, cuja manutenção da atenção requer sempre variados recursos, encontramos um bom refúgio numa encomenda: a produção individual de uma representação sobre uma figura considerada relevante por cada um deles, que seria elegida de acordo com parâmetros estabelecidos por cada um. No que concerne à técnica, foram utilizadas misturas de colagem com desenho e escrita, sem compromisso necessário com a verossimilhança, permitindo à imaginação atribuir notas de ficção à própria história e à história da figura representada, com o intuito de permitir, à criatividade, mitigar a timidez de revelar e compartilhar recônditos por vezes sensíveis do próprio relato.

Nas Escolas de Jovens Adultos, a encomenda se repetiu, porém dessa vez nos surpreendeu a quantidade de representações que, em vez de se valerem unicamente de recursos imagéticos, recorreram, também, a relatos escritos completos, o que nos impele a demarcar a importância de se considerar, de maneira flexível, o que é aceito e considerado como documento.

Ao todo, conseguimos um levantamento de informações, dados, nomes e, sobretudo, histórias e memórias, amparados, em alguns casos, por fotografias, relatos escritos e gravações em áudio. Um inventário material e imaterial de afetos que nos demonstra como as relações pessoais e as singularidades se enlaçam às questões políticas, históricas e coletivas. Dessa forma, entendemos que trabalharíamos com uma noção ampliada do conceito proposto de Anônimos Notáveis. Mais que pedir aos participantes que nos apontassem figuras com as quais nós mesmos não poderíamos nos relacionar com profundidade, percebemos que os agentes que procurávamos eram, também, todos aqueles narradores com quem vínhamos lidando diretamente, sobre quem poderíamos falar com mais propriedade nesses textos.

Se o ambiente digital e o tempo das mídias sociais convidam cada um a se relatar enquanto centro do seu próprio universo, a vivência da oficina Anônimos Notáveis aponta outra direção: a de compor, a partir do ordinário particular de cada vida cotidiana, um coletivo. Talvez, frente à coerção contemporânea por alcançar individualmente o extraordinário, seja a repetição banal do dia-a-dia o verdadeiro rebelde. Nesse sentido, o próprio ato de relatar a si e aos seus, num esforço por esquadrihar a memória e as histórias, mantendo-as vivas e em movimento, é o que faz, de todos os participantes que contribuíram com essa atividade, **Anônimos Notáveis**.



Atividade de colagem desenvolvida durante o projeto Anônimos Notáveis
Centro Cultural Lindeia Regina
Belo Horizonte, Junho, 2024

No universo dos anônimos notáveis cada pessoa é um mundo



Grupo executando a atividade no Lindeia Regina

“João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém. (...)”

Poema Quadrilha de Carlos Drummond de Andrade

Percebemos uma **rede de Anônimos Notáveis se constituiu a partir dos encontros.**

Rafael e Luíza sugeriram **Lucilesio** como uma pessoa notável na comunidade do Lindeia Regina.

“Esse centro cultural me ajudou muito a me organizar tanto quanto artista e quanto pessoa. Muitas coisas que a minha vida estava meio atribulada, devido a um quadro muito grande de depressão em 2018, então eu tava tentando ocupar a mente e me recuperar”.

(Lucilesio sobre sua própria relação com o Centro Cultural Lindeia Regina)



Colagem inspirada na pessoa do Lucilesio criada por Rafael e Luiza

“Creio que o Centro Cultural já tá fazendo 20 anos. Esse espaço foi um desejo da comunidade, foi tão grande o desejo de se criar esse espaço cultural que passou pelo orçamento participativo, e a comunidade votou e hoje vem utilizando esse espaço, né? Eles se apropriam de todos os projetos de todos os eventos que acontecem aqui.”

(Lucilesio sobre a criação do Centro Cultural Lindeia Regina)

Lucilesio por sua vez recomendou, **Maria da Glória**, carinhosamente chamada de Glorinha:

“A Glorinha, por exemplo, ela é diretora da comissão local, ela participa de várias atividades aqui. (...) Ela tem baixa audição, mas ela gosta de contar história. Por exemplo, gosta de fazer encenação, ela se veste de palhaço, (...) é uma pessoa que busca muito tá interagindo com a comunidade. Ela faz também artesanato, faz presépios de sabonetes”

(Lucilesio indicou a Glorinha como Anônima Notável na comunidade do Lindeia Regina)

“Eu me chamo Maria da Glória Rabelo Aguiar. (...) Sou filha de Vitor José Rabelo e Maria da Conceição Rabelo. Meu pai era filho de pessoas que vieram fugitivas da Romênia. Então, os meus avós vieram para a Roça, eram perseguidos por religião e por questão de guerras. E, do lado da minha mãe, ela era filha de um português, e minha bisavó filha de um português com uma índia. Então, eu sou bisneta de índio, certo? A tribo da minha avó era Marajoara. ”

[...]

Andressa: *E esse nome da senhora, Maria da Glória, quem que deu esse nome pra senhora?*

“Quem me deu esse nome foi meu pai, por causa que na época inaugurou aqui em Belo Horizonte a igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, e quem era padroeira era Nossa Senhora da Glória, ou Nossa Senhora da Boa Morte... E teve a festa de Nossa Senhora da Glória aqui no dia 15 de agosto. E eu nasci dia 1º de setembro, então estava no auge da festa. Aí meu pai, em homenagem à Nossa Senhora, me pôs o nome de Maria da Glória. Agora, o meu sobrenome, Rabelo, foi um combinado que eles fizeram quando eles se casaram de colocar o nome Rabelo. Porque não tinha assinatura. A minha avó não quis pôr assinatura dos indígenas, porque não podia. Nessa época não podia pôr, porque era a época do militarismo. Então, não podia pôr qualquer nome nas pessoas. Então foi por isso que eu tenho esse nome de Rabelo. Foi um combinado que meus pais fizeram e colocaram o sobrenome de Rabelo”.

[...]

“Eu mudei para o Barreiro em meados de julho de 1981. Foi a época em que o Brasil estava virando de cabeça para baixo. Então eu mudei para cá, fugida. Fugida da minha terra. Meus pais também vieram para cá fugidos da ditadura militar, que eles fizeram aquele processo de repartir terra.

Eu e meu marido somos de origem de agricultores. Nós trabalhávamos na terra. Então, a gente comia o que plantava e sobrevivia daquilo. Ele era lavrador e eu também. Quando nós chegamos aqui, nós tivemos que aprender tudo do nada. Nós tivemos que aprender como viver na cidade grande, como viver em uma favela, porque aqui estavam formando as primeiras favelas. Então, eu fui residente de favela.”

[...]

“Ele trabalhou de pedreiro, de mecânico, de marceneiro, de serralheiro, qualquer serviço que precisasse, a gente aprendeu a fazer. E aí passou-se os anos, ele aposentou como pedreiro e foi fazer o que ele mais sonhava na vida, construir instrumentos de corda, virou construtor de instrumentos musicais. E é um grande luthier hoje, e ele trabalha com isso. Luthier, ele reforma e constrói qualquer instrumento de corda, que é viola, violão, cavaquinho, guitarra. Mais tarde, então, ele aprendeu a trabalhar com sanfonas e gaitas. Então, tudo que é instrumento de sopro, ele sabe fazer e construir. E trabalha com isso, virou um grande instrumentista.”

[...]

“E eu fui ser costureira, faz tudo, lavadeira, costureira, dona de casa, completa. Eu já tinha família, eu já tinha dois filhos, já quando nós mudamos para cá. E a gente morou em barracão de aluguel.”

[...]

“Eu virei contadora de história, estudei aqui no Centro Cultural, que eu ajudei a construir. Tive o primeiro contato com os livros por aqui, o primeiro contato com teatros foi aqui. com contação de história, foi aqui. Então, eu aprendi e, graças a Deus, tive essa oportunidade e agradeço. Foi um grande privilégio para mim e para minha família ter construído isso aqui e participar disso.”

[...]

“Eu aprendi a costurar na roça, por causa que lá a gente nunca teve nada para comprar. Então, eu aprendi remendar as calças do meu pai, na roça, primeiro que a desenhar. Eu era menina de 9 anos. Eu já comecei a remendar as calças do meu pai, porque precisava. Com 11 anos, eu aprendi a costurar, a fazer as primeiras calças, porque não existia nada disso, não existia indústria nenhuma. E, lá em casa, a gente aprendeu a reciclar linha, que a gente comprava os retalhos lá da fábrica de Santa Mência, ou Itaúna. Então, a gente aprendeu a fazer comércio com isso, trocar arroz, feijão, produtos da terra, frango, galinha, a troco dos produtos de tecelagem. E a gente era muito menina lá em casa, nós éramos 14 filhos. (...) Quando eu vim para a cidade, eu já trouxe essa carga, que eu sabia costurar, tocar

máquina. Aí eu comprei a minha primeira máquina elétrica, porque a gente não tinha eletricidade na roça. Eu achei uma festa e virei uma costureira daquelas. Eu costurava qualquer tipo de roupa, quando eu mudei para cá. E fui uma grande costureira, fiz nome e tratei praticamente a minha família costurando. E lavando roupa, porque eu também fui lavadeira. Aprendi a fazer sabão quando eu morava na Roça. Então, eu trouxe essas técnicas para cá.”

[...]

Andressa: *Então, eu queria que você me explicasse essas técnicas de quando a senhora foi lavadeira, como que fazia o sabão, aonde que lavava a roupa, como que era engomar. Conta para mim esse processo de...*

“Ó. Lavar roupa era um verdadeiro processo, era uma maratona. Primeiro, não tinha sabão em pó. Quando a gente teve sabão em pó, o sabão em pó era caríssimo, né? Era um luxo. Então, a gente usava sabão de barra, que era aquele sabão comprido, amarelo e pintado, que também custava muito caro. Quando eu mudei para a cidade, eu já tive acesso a esse sabão de barra, mas até então eu ainda sabia fazer sabão preto, que era aquele sabão que a gente fazia na roça. A gente juntava todo o resto de gordura ou pegava algumas frutas gordurosas, no caso o abacate e o coco bociuva, ou até não sei mais o nome dele, era um coquinho redondo assim, que tinha uma carne amarela, muito guduosa, a gente punha aquilo fermentar, quer dizer, apodrecer. Punha o sabão e o abacate apodrecer. A gente falava ‘*curtir*’. (...) E o sabão ficava aquele negócio. Aí a gente fazia as bolotas, né? Quando eles davam no ponto, isso cozinhava uma semana.”

[...]

“Fazer presépio é da minha cultura, que eu morava numa região muito cultural, certo? Então fazia-se as festas, tinha muita festa cultural, porque lá era um aglomerado de pessoas, lá no Marimbondo, de várias etnias. Para começar, tinha os escravos, que lá era uma região escravagista. Então, tinha muitos escravos, mas é muito mesmo, tinha até o quilombo. Quando eu nasci, já estava extinto o quilombo, mas tinha ainda os escravos. que continuaram escravos por muitos anos. A liberdade não é assim do jeito que conta nas histórias, nos livros de escola, não. Lá era assim. Quando

houve a libertação dos escravos, os escravos eram todos aglomerados lá. E era um tipo de escravidão diferente de hoje, que a gente vê contando na história. Não eram aqueles que apanhavam e que eram castigados. Eles eram amigos do patrão. Eles eram amigos do senhor. O senhor era senhorzinho. E ele era o dono dos escravos. Então, ele continuou sendo dono. Como é que ele mandava eles embora? Eles não tinham pra onde ir. Eles continuaram lá, obedientes ao senhor, prestando o serviço e recebendo as recompensas que o senhor cuidava deles. Dava pelo menos comida. Dava comida, dava a casa, o terreno para eles morarem, o terreno para eles plantarem. Havia troca. Eles plantavam para o senhor e depois que eles colhiam, eles pagavam. Uma parte do que eles recebiam, eles pagavam para o senhor.”

[...]

“Para começar a fazer os presépios eu usava a cera, morava na roça. Como é que fazia, então? A gente não tinha acesso a massas, essas coisas. Então, fazia de cera. A gente pegava a cera das abelhas lá, fervia a cera e punha ela para quará nos mamão, a gente cascava o mamão e punha a cera quente em cima ali, ela derretia e a gente ia, punha aquilo no sereno e ela ia clareando com o leite de mamão. Aí ficava uma cera branquinha ou clarinha, amarelinha. E com isso eu moldava o Menino Jesus. E o pessoal tinha aquela história, carregava o Menino Jesus, dançava e levava, e fazia bandeira e levava a bandeira dançando Rezado, Reinado. Eu ia estimular, punha o Menino Jesus, fazia novena. E, com isso, nasceu o gosto de fazer cada vez mais perfeito. Quando vim para a cidade, aprendi o papel machê. Quando vi o papel machê, eu falei... porque aqui não tinha cera. Aí eu fiz papel de papel machê, mas as imagens ficaram feias e dava cupim. E um dia eu aprendi na televisão o tal do biscuit que fazia com o sabonete. Aí foi o meu negócio. E eu comecei a fazer e faço até hoje. É o maior luxo pra mim fazer os presépios. Faço o presépio com gosto. É parte da minha cultura, da minha fé. Então eu faço o presépio e dou o presépio. Todas as vezes eu faço um presépio e dou. Todo ano eu dou. Teve época que eu doei muitos, que eu fazia muitos. Agora eu já não tenho tanta habilidade mais pra fazer, porque eu fiquei com defeito nas mãos, defeito nos braços. Mas eu faço ainda.”

Lucilesio também indicou o **Matheus**:

“O Mateus, gerente do centro cultural, é uma pessoa que ama isso aqui. Isso aqui é uma casa pra ele. Ele tem vários projetos, além de trabalhar na administração da gerência. Atua como voluntário nesses projetos”.

(Lucilesio indicou o Matheus como Anônimo Notável na comunidade do Lindeia Regina)

E também a Val, foi sugerida por Lucilesio tal como por **Angélica** como referência de bibliotecária, enfatizando a importância das bibliotecas na vida da comunidade:

“A Val é outro personagem que eu tava comentando. Ela é bibliotecária do Centro de Cultura, ela não é só uma bibliotecária, as pessoas se sentem acolhidas por ela, ela atende as pessoas, empresta os livros, mas conversa com as pessoas nos momentos em que as pessoas precisam de conversar com alguém, a Val vai e acolhe essas pessoas entendeu? Ela é tipo uma pessoa assim, de luz.”

(Lucilésio indicou a Val como Anônima Notável na comunidade do Lindeia Regina)



Colagem inspirada na pessoa da Val e das bibliotecas comunitárias criada por Angélica

Agradecimentos a todos e todas **Notáveis** que participaram conosco

Centro Cultural Urucuia

Cleuza Nestor
Dinalva Mateus da Silva
Efigênia Masilios dos Santos
Gislene Aparecida Costa da Rocha
Joana Dark Brasil Vaz da Silva
Josenir da Consolação Baciliere
Karina Ferreira dos Santos
Maria da Consolação
Maria da Penha
Maria de Fátima Leite
Maria Diva Batista Costa
Maria Silva Barbosa
Raphaela Felix Moreira Ladeia
Rita Alves Francisco
Rosarita
Valdirene Pereira Soares dos Santos

Centro Cultural Lindeia Regina

Andrelina N. Camelo
Arthur de A. Xavier
Eduarda Thalita
Gabriel Ribeiro Abrasi
Gabrielly Rocha
Izabeli Késia Silva
Karen Luiza Rodrigues Viana
Lucilesio A da Costa
Luiza Cipriano
Maria Luísa Rocha
Matheus da Silva
Mirleyde R. Souza
Nilza C.
Rafael Lara

Rafael Oliveira

Sophia Giulia Dias Cordeiro
Vitoria Santos

Escola Municipal Prof. Mello Cançado

e

Escola Municipal Polo de Educação Integrada (Pooint)

Adilson da Silva
Adriano
Agostinho Alex de Araujo
Alberto S.
Aline de Oliveira Gomes
Ana Emerenciana da Cruz
Ana Ferreira
Ana Gabriela de Oliveira
Antonio F. Santos
Antonio Rodrigues
Aristides Augusto
Arlete Bernardina Soares
Barbara Guimaraes do Couto
Bruna Luiza Morais
Carlos Daniel
Carolina Beatriz Teixeira
Cida Pinheiro
Cleuza Maria Alves
Danilo Fernandes
Dilza Tavares
Edécio Ferreira
Eduarda Melo
Elenilda Graça Almeida
Elenilda Graça de Almeida
Franciene do Nascimento

Gabriel Henrique Araujo
Géssica Evelyn
Guaciara
Irlande de Lima
Jesuíta Machado
Jorge Ferreira
Jorgina P.
José Alves da Silva
José de Sousa
José Eustáquio da Cruz
Luiz Vieira
Luzia De Souza
Marcia Paula Colete
Marcos Paulo Silveira
Maria Alves
Maria Aparecida P.
Maria das Gracas
Maria de Lourdes Soares
Maria do Carmo Silva Santos
Maria do Carmo Teixeira
Maria Geralda Rocha
Maria José Sabino
Maria Madalena Lopes
Marione
Meirielly Ferreira dos Santos
Nair Lemos Paixão
Neide Aparecida Carvalho
Nllson Jose
Poliana Karina de Barros
Renata Chaves
Rita de Cassia Rodrigues
Ronan Gustavo de Souza
Ryan Víctor R. de O.
Sidney Silva Teodoro
Solange da Silva Santos

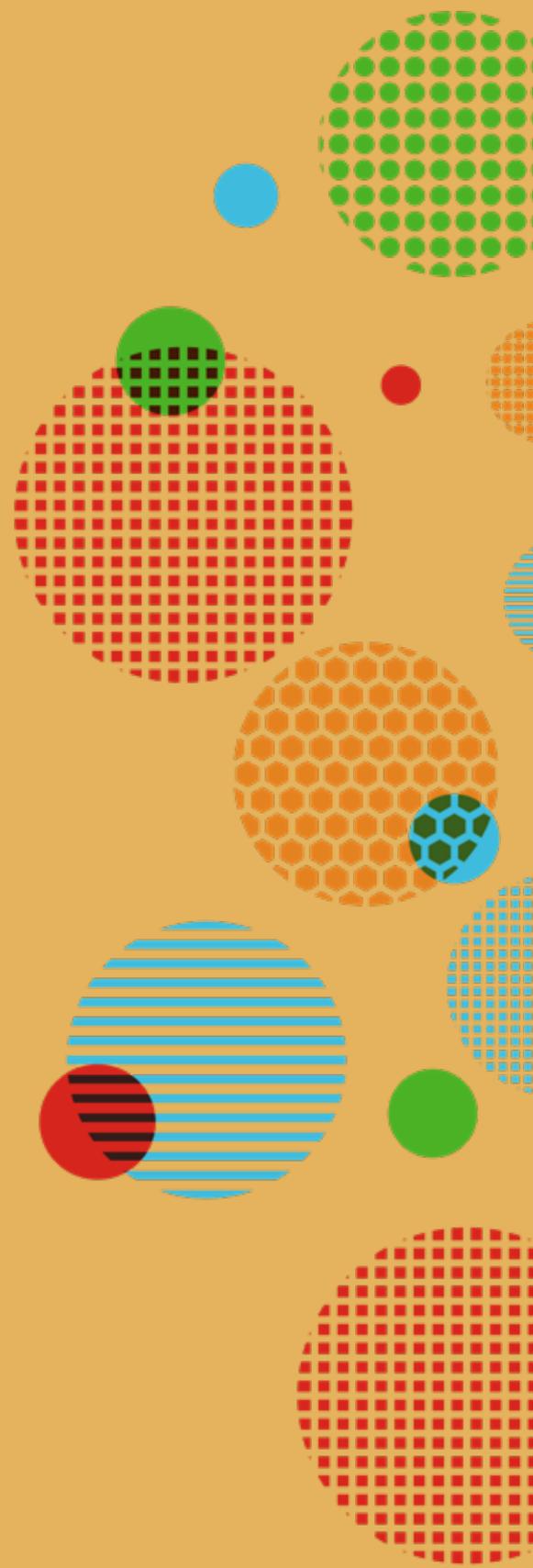
Thiago Leandro
Wanderlei do Nascimento
Webert Leonardo de Jesus

Gestores Culturais

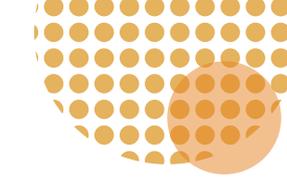
Adelson França Junior
César Júnior Soares Rocha
Leone Reis
Nathalie Caevalhi

Produtoras

Maria Rita Fonseca
Patrícia Lopes Rodrigues



COMUNIDADE TERRITÓRIOS



Práticas comunitárias, territórios, cidadania e regionalização

José Oliveira Junior¹

RESUMO

As práticas comunitárias são marcadas por diversos elementos e exigem atenção particular para que os indivíduos e suas histórias representem os seus percursos históricos, pessoais e coletivos. O texto procura discorrer sobre esses elementos e sobre uma experiência de formação para lideranças comunitárias em Belo Horizonte, Minas Gerais. É dividido em sete partes e uma conclusão, que dialogam com as comunidades e com as variadas perspectivas sobre atuação comunitária. Inicialmente, desenvolvimento local e o desenvolvimento integral, no qual tratamos, entre outros, dos arranjos comunitários que envolvem variados atores sociais, cada um com seus próprios processos identitários simultâneos. Em sequência, a diferenciação de três tipos distintos de “situações comunitárias”, na qual chegamos à perspectiva que pensar em comunidades é pensar em políticas públicas não estatais. Passo adiante, as questões sobre diálogo intercultural e os desafios para a promoção da diversidade nas comunidades. As comunidades de sentido e as traduções são o tema em sequência, como fatores chave para o desenvolvimento de comunidades, concluindo com os processos de aprendizagem social para a construção de um sentido de “nosso”, refletindo sobre reposicionar os conceitos de periferia e de regionalização.

*

¹ José Oliveira Junior é pesquisador atuante em políticas culturais desde final dos anos 1990, tendo sido consultor UNESCO para o Sistema Nacional de Cultura em MG (2012-2013) e atuado em diversos órgãos públicos, sendo atualmente Diretor de Economia Criativa na Secult Minas, atuando nas comissões de gestão estratégica das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo no estado, além de ter coordenado o trabalho de reformulação da legislação do sistema estadual de cultura. Graduado e Mestre em Comunicação Social, José Junior é atualmente doutorando do PPG em Arquitetura e Urbanismo da UFV. E-mail: juniorbh1@gmail.com . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3477943101571774>

Introdução: uma ação formativa de lideranças comunitárias para anônimos notáveis

Ao planejar o conjunto de ações formativas, o objetivo de um módulo voltado para a qualificar ação comunitária era discutir como as comunidades podem atuar de forma colaborativa e solidária para reconhecer e fortalecer as práticas culturais locais, aumentando sua visibilidade dentro das cidades.

Valorizar as pessoas, suas realidades e suas comunidades, sob uma perspectiva de desenvolvimento integral do indivíduo, direcionado para o coletivo, é essencial. Ao fortalecer os laços de convivência por meio de ações culturais, estamos também reforçando o tecido social, promovendo um senso simultâneo de incentivo à inovação e de valorização das tradições de diversas matrizes culturais.

A proposta das ações formativas era mapear e difundir práticas e expressões culturais e artísticas que acontecem para além dos circuitos visados pela mídia tradicional da capital. Através de uma chamada ampla chamada a artistas que desejassem discutir e repensar a história da cidade de Belo Horizonte, bem como sua própria comunidade, e propor novas leituras para os lugares nos quais as ações aconteceriam.

As cidades, incluindo aí Belo Horizonte, desde sua criação, ocupação e crescimento carregam em si diversas vozes que vão das novas forças econômicas que atuavam à época. No exemplo de Belo Horizonte, passava pelo desejo de ser a representação da modernidade e do progresso republicano até chegar a apagada e pouco quase nada difundida história daqueles que aqui habitavam antes da construção da nova capital. Só se falou da comissão construtora, dos grandes contingentes de novos moradores daquela que seria a nova capital, como se a história do arraial começasse ali. Um apagamento como tantos outros.

Aqueles sujeitos, que foram relegados ao anonimato pela história oficial da cidade, habitam algumas memórias, mas nunca ganharam plataformas oficiais de grande destaque no consciente coletivo da cidade, sendo quase uma leitura mítica ou quase caricatural de alguns “personagens” da cidade, como a Maria Papuda². Junto deles, há também

² Mulher que era dona do casebre que foi desapropriado para a construção do palácio da Liberdade, futura sede do governo estadual, e que reunia diversas lendas sobre assombrar os governadores que trabalharam no prédio.

os novos anônimos que habitam a cidade, mas não são representados nas mídias tradicionais, nos livros de história, nas memórias das instituições que contam o que é a Belo Horizonte “da real”, de grupos vulneráveis e periféricos.

Essa proposta procura trazer uma leitura contemporânea das diferentes histórias no tecido social e um diálogo com essas memórias que precisam ser contadas e repensadas a partir da lente das diferentes vozes que hoje aqui habitam e daqui a algumas décadas podem não existir em nenhum lugar e se perder.

O desenvolvimento local e o desenvolvimento integral do ser humano

Investir no desenvolvimento integral do ser humano e fortalecer vínculos locais influencia diretamente a formação do capital social. KLIKSBERG destaca a importância de um rigoroso reexame das prioridades, tanto individuais quanto governamentais, para explicitar os vínculos entre Cultura e Desenvolvimento Humano nas práticas cotidianas e nas estruturas sociais.

Como afirma Arizpe, citada por Kliksberg, “a cultura passou a ser o último aspecto inexplorado dos esforços que se desenvolvem em nível internacional, para fomentar o desenvolvimento econômico”. (Kliksberg, p.107). Tal afirmação reforça a importância dos projetos sociais de base comunitária, que ao promoverem reflexões sobre as pessoas e suas realidades próximas, não apenas aproximam os indivíduos para a realização de ações conjuntas, mas também incentivam a reflexão sobre seu lugar no mundo.

Esses projetos permitem que as pessoas identifiquem aspectos significativos de suas próprias realidades, representando-os em imagens, textos e sons. Processos como “vídeo comentado”, cineclubes e oficinas de memória social e audiovisual são exemplos de espaços onde ocorre a articulação de discursos e a enunciação perante o mundo.

No ambiente das ações culturais e do compartilhamento, encontramos oportunidades para desenhar novos espaços coletivos e observar a plena diversidade das expressões culturais. Não basta desenvolver programas que mantenham certas tradições ou discursos socialmente legitimados

sem considerar a potência das múltiplas possibilidades de invenção e criação dos atores sociais em uma sociedade.

As soluções para as comunidades residem nas suas características, capacidades criativas e histórias próprias, como demonstrado por variadas experiências. Um exemplo é a Rádio Favela, em Belo Horizonte, que criou um espaço de conhecimento e reconhecimento das práticas da comunidade. A equipe da rádio reuniu pessoas interessadas em algo com o que se identificavam afetiva e efetivamente, legitimando suas práticas culturais.

Para instaurar novos contextos, é fundamental compreender a urgência de assumir novas posturas e compromissos conjuntos em busca do bem comum. Encontrar maneiras de escapar do isolamento e do individualismo “avulso”, que privilegia o voluntarismo e a delegação descompromissada.

A discussão sobre o bem comum deve superar o atendimento imediato de interesses pessoais ou momentâneos, ou a simples resolução de “problemas”. Uma vez resolvido o problema, há a tendência de que o espaço coletivo que motivou a reunião também desapareça. Portanto, a discussão deve ir além disso.

Em vez de “unidos-apenas-para-resolver-problemas-que-surgiram”, é essencial avançar para construir continuamente um espaço público onde a vida possa ser melhor para todos. Devemos nos mover não apenas em resposta a problemas, mas também com base em metas e sonhos possíveis.

Os arranjos comunitários envolvem variados atores sociais, cada um com seus próprios processos identitários simultâneos. Uma mesma pessoa pode se identificar com diferentes práticas, grupos e modos de vida, tornando os processos comunitários complexos, além das já existentes complexidades da vida. As mesmas forças que unem as pessoas podem, com o tempo, levar a divisões, o que é normal na dinâmica dos agrupamentos humanos. A reinvenção cotidiana dos vínculos e laços comunitários é um processo exigente e custoso, que requer maturidade dos envolvidos.

Por exemplo, uma amizade entre dois ou três amigos de longa data pode ser abalada pela chegada de novas pessoas ao bairro, gerando disputas por atenção e afeto. Comunidades são constituídas por afetos,

relações, confianças, apreços, respeito e muitos outros elementos que levam as pessoas a se aproximar e optar por permanecer juntas.

As comunidades tradicionais experienciam realidades onde os festejos potencializam os encontros e reforçam os vínculos. Durante o dia, muitos trabalham em padarias, supermercados, na colheita de café ou como professores. Contudo, nos momentos de celebração, eles se vestem com o desejo de manter vivas suas tradições, tornando-se capitães, aprendizes, violeiros, puxadores, carregadores de bandeira ou estandarte, entre outras funções festivas.

O mesmo ocorre em comunidades de músicos de bairro, cujos encontros geralmente acontecem após o expediente de cada um. Independentemente do estilo musical, o padeiro torna-se guitarrista (ou cavaquinista), a vendedora de loja vira vocalista, o técnico de informática, um baixista, a enfermeira tecladista, a policial uma pandeirista, e a dentista, uma flautista.

Existem também bazares comunitários, onde a secretária executiva de uma multinacional se transforma em organizadora de roupas para o bazar e uma senhora de 78 anos torna-se reparadora, lavando, recuperando e preparando roupas para doação.

Nos festejos juninos das comunidades, o professor de matemática vira churrasqueiro, a pedagoga vira pasteleira, a doutora em Química e o técnico em eletrônica tornam-se os responsáveis pelos caixas, vendendo fichas, enquanto os filhos vendem doces, prendem pessoas na cadeia do arraial e entregam correio elegante.

Essas pessoas, através das inúmeras situações comunitárias vividas juntas, passam a se reconhecer como uma turma, que pode evoluir para um grupo regular e, eventualmente, para uma comunidade. Nas situações comunitárias, as pessoas são mais aquilo que desejam ser, além dos papéis programados pela lógica capitalista de vender sua força de trabalho.

Mesmo as desavenças e os conflitos que sempre existem nas comunidades, com pessoas que parecem viver para cuidar dos detalhes da vida alheia, não diminuem a importância da convivência em comum, mas a reforçam.

A organização da ação comunitária tem a capacidade de amplificar a força da atuação conjunta. Por isso, são importantes as associações

comunitárias, culturais, os coletivos e grupos artísticos, além das ações de voluntariado organizado. Estudos de Viegas, Oliveira e Falcone (2019) indicam que o trabalho voluntário melhora a vida e pode ser um importante aliado na manutenção do bem-estar mental e até físico.

De modo complementar, Sarriera et al. (2016) destacam que as comunidades funcionam como redes de apoio, proporcionando segurança aos seus membros. Isso contribui para o que os autores chamam de sensação de bem-estar subjetivo.

O sentido de comunidade pode ser entendido como a própria representação de comunidade. Ou seja, deve ser entendido como englobando os aspectos físicos, territoriais e simbólicos constituintes de uma comunidade. Há uma rede de crenças, comportamentos e sentidos específicos em cada comunidade constituindo de um universo simbólico local específico (...) portanto, pode-se entender que os sentimentos de pertença e identificação com a comunidade podem estar relacionados à satisfação com a vida. Dessa maneira, pressupõe-se que tais construtos relacionados à dimensão comunitária possam ser fundamentais para um pleno entendimento do bem-estar subjetivo (Sarriera et al., 2016, p.107)

Situações comunitárias e políticas públicas não-estatais

É importante diferenciar três tipos distintos de «situações comunitárias». Primeiramente, as situações comunitárias de curto alcance visam solucionar questões momentâneas, como organizar uma partida de futebol, um churrasco, uma passeata, realizar um trabalho de grupo do colégio ou da faculdade, mobilizar doações para populações atingidas por calamidades, ou organizar alimentação para população de rua.

Em segundo lugar, as situações comunitárias de médio alcance exigem um grau maior de compromisso e regularidade. Exemplos incluem ajudar em ações de voluntariado regular, organizar festejos comunitários sazonais, ou ficar responsável por alguma atividade na comunidade, como operar equipamentos de som, ser responsável pela música, ou organizar refeições.

Finalmente, as situações comunitárias de longo alcance ou longo prazo envolvem compromissos mais duradouros, como comprar um imóvel e estabelecer-se como vizinho, montar uma banda profissional, criar uma sociedade profissional com alguém de confiança, casar-se e ter filhos, ou assumir uma função religiosa, como padre, irmã, pastor, pai de santo, mãe de santo, monge, etc.

Atuar em comunidade, visando tornar as coisas melhores para todos, desloca o indivíduo do centro das próprias atenções. Embora os problemas não desapareçam, eles adquirem uma nova dimensão.

Pensar em comunidades é pensar em políticas públicas não estatais, em redes locais de cultura e desenvolvimento. Em uma era em que circulam milhares de conteúdos desconectados da vida cotidiana das pessoas, das suas famílias e vizinhos, considerar alternativas que disseminem notícias comunitárias abre novas opções de interação entre as pessoas. Não é incomum que as únicas notícias locais sejam sobre acidentes de carro, desabamentos, assaltos ou outros incidentes policiais.

É essencial usar de forma criativa todos os aspectos e recursos da comunidade, permitindo que todos se sintam úteis e ativos. As experiências de coletivos culturais, grupos de bordado ou dança, grupos jovens de igrejas, colegas de escola, clubes de leitura, grupos de teatro e voluntariado são exemplos de atividades comunitárias.

No entanto, devido à multiplicação de conjuntos habitacionais sem a participação e planejamento adequados do poder público, e às oportunidades cada vez mais escassas de convivência direta e presencial, as soluções virtuais não podem ser ignoradas. Elas precisam ser incorporadas com atenção, promovendo a interação presencial sempre que possível.

A experiência do orçamento participativo em cidades como Belo Horizonte destacava-se pelo encontro das pessoas para discutir obras prioritárias. A substituição desses encontros por ferramentas virtuais, seja por economia ou outras justificativas, reduziu, em certa medida, o caráter público e participativo do orçamento "participativo". Transformar o processo em uma votação entre opções pré-definidas, de modo frio e sem envolvimento, sem tempo para discussão, parece ser um contrassenso à ideia de participação.

O Orçamento Participativo Digital (OP-Digital) é uma forma do Estado se apropriar das Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). No entanto, conforme apontado por vários autores, a internet e o ambiente virtual têm sido mais utilizados para prestar contas e disponibilizar informações do que para promover interação efetiva entre governos e sociedade. Uma boa governança é baseada no tripé participação, transparência e prestação de contas.

Não se trata de uma crítica simplista ao ambiente digital. Reconhecemos que as interações virtuais têm seu valor, pois, internamente, os grupos de redes sociais desempenham um papel significativo. A sociedade pode e deve abordar essa questão de maneira positiva, apesar das críticas aos excessos e à dependência.

As comunidades de afinidade ou identificação não precisam, necessariamente, de encontros presenciais, como evidenciado pela recente pandemia de Covid-19, que destacou a relevância do ambiente digital e virtual. Isso não deve ser visto como uma crítica ao espaço virtual, mas sim como uma reafirmação da importância do encontro pessoal como um valor essencial para fortalecer os laços comunitários. O ideal seria uma combinação das várias formas de encontro e troca.

Desafios ao diálogo intercultural e as comunidades

A necessidade de estabelecer um diálogo intercultural é um dos pontos mais importantes nos documentos que promovem a diversidade cultural. Além dos discursos otimistas ou das análises de desequilíbrios nos processos de troca, é crucial considerar a condição efetiva para a troca e o compartilhamento no dia a dia.

As referências pessoais, os contextos em que estamos inseridos e as formas como percebemos e deciframos o mundo interferem diretamente nesses processos. Como afirma a UNESCO: “O diálogo intercultural depende em grande medida das competências interculturais, definidas como o conjunto de capacidades necessárias para um relacionamento adequado com os que são diferentes de nós” (UNESCO, 2009, p. 9)

Esse relatório da UNESCO sobre a Convenção da Diversidade adverte que, além de pensar na diversidade cultural “como inerentemente positiva, na medida em que apontaria para uma predisposição ao compartilhamento”, é necessário considerar que as diferentes formas de conceber e organizar o mundo podem ser uma ameaça constante e fonte de diversos conflitos (UNESCO, 2009, p.1). Nesse sentido, as condições de diálogo e as competências interculturais são talvez os principais desafios para a promoção da diversidade cultural além do discurso.

Não nos referimos aqui às competências interculturais no sentido de registros culturais completamente distintos, como os Rapa-nui, com suas

imensas cabeças de pedra da Ilha de Páscoa, ou o povo de Myanmar, com as mulheres que usam argolas no pescoço, ou ainda os pigmeus africanos. Focar nesses exemplos vincularia a ideia de diversidade cultural a tudo que parece exótico ou inclassificável.

Nosso objetivo é discutir as competências interculturais sob a perspectiva de quaisquer “diferentes de nós”, incluindo as diferenças mais simples. Ampliamos assim o leque para abarcar as diferenças que se apresentam no cotidiano, e não apenas aquelas entre palestinos e israelenses ou defensores de diferentes cores partidárias.

Schröder (2007), ao discutir os aspectos metafóricos da construção da realidade, aponta a cultura em três dimensões: como condição da comunicação, como resultado da comunicação e como construída dentro das práticas comunicativas, em um movimento dinâmico.

Dentro da dimensão criadora de sentido, cultura serve como sistema de significados ou de padrões de interpretação em relação a problemas atuais. Nesse sentido, cultura é condição da comunicação. (...) numa situação concreta, recorre-se a uma rede de significados para constituir um processo de comunicação, no qual elementos culturais são negociados reciprocamente na prática atual. (SCHRÖDER, 2008, p. 41)

De acordo com Schröder, as metáforas não são apenas produtos prontos, armazenados para uso quando necessário, mas constroem “um contexto cognitivo e cultural em dependência da situação comunicativa dada” (SCHRÖDER, 2008, p. 52). Mais do que um recurso, as metáforas servem como referência para compreender formas de conceber o mundo. A autora observa que pessoas de diferentes culturas têm preferências distintas em suas construções metafóricas: “Aparentemente, culturas variam também com respeito às preferências de suas conceptualizações metafóricas” (SCHRÖDER, 2008, p. 50).

O idioma, como dispositivo e suas variantes, é um espaço de expressão de identidade, guardando aspectos singulares de cada povo e localidade que não são expressos em dicionários ou compêndios. Esses aspectos contribuem para uma compreensão plena das sociedades e dos indivíduos.

O relatório de monitoramento da Convenção Internacional sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, publicado em 2009 pela UNESCO, destaca que os idiomas são vetores-chave da

diversidade cultural. Eles também são espaços de mediação de nossas experiências, ambientes intelectuais, encontros com outros, sistemas de valores e códigos de conduta, expressando nossas formas de ser no mundo.

Assim entendido, o idioma não é apenas uma “ferramenta de comunicação”, mas um elemento crucial nas nossas mediações cognitivas e nas relações que estabelecemos com o mundo. Idiomas e linguagens são negociados nos mais diversos ambientes de encontro, sejam presenciais ou virtuais.

Esses elementos demonstram que os processos culturais e comunicacionais são constituintes contínuos nos processos interacionais. Braga (2010, p.51) afirma que os elementos culturais e os contextos são aspectos acionáveis na prática cotidiana pelos sujeitos, permitindo as interações: “os participantes acionam igualmente, de modo mais conjuntural, práticas e inferências (menos ou mais conscientes e expressas) trazidas ad-hoc para a interação”. Este acionamento simultâneo em condições de interação cria uma plataforma cultural que altera e é continuamente alterada pelos processos comunicacionais.

A Comunicação, como processo, permite a circulação e negociação entre o imaginário, o real percebido e a racionalidade local. Braga (2010) define a comunicação como “processo instituinte”, uma experiência que viabiliza as interações e negociações entre sujeitos, provocando continuamente alterações nas linguagens, nos códigos e nas próprias instituições.

Comunicação, como fenômeno, seria isso que viabiliza, entre seres humanos em sociedade, negociar suas ideias ou percepções “singulares” (de indivíduos ou grupos e setores sociais), em princípio “diferenciadas”, objetivando um padrão de aceitabilidade que permita ao espaço social funcionar, seja para acordar objetivos, seja para fazer valer uns sobre os outros, seja para decidir dos modos adequados de atingi-los. (BRAGA, 2010, p.47)

Em outro estudo, destacamos como Schutz (1979) desenvolveu uma análise relevante para articular estes termos com a diversidade. Segundo o autor, um conjunto relativamente estabilizado de opções, hábitos e costumes se consolida como aceitável dentro de determinados grupos, constituindo o que ele chamou de “padrões de relevância”. Esses padrões

são utilizados para comparar e validar os fenômenos observados no mundo.

O que foge do que é considerado aceitável pode muitas vezes ser visto com repugnância naquele contexto, como comer carne de cachorro, normal em certas partes do mundo, ou croquetes de minhoca, considerados uma iguaria em diversas regiões, mas tratados com nojo em outros lugares.

Da mesma forma, dentro de uma mesma cidade ou local, certas formas de falar ou expressões podem ser consideradas “inconvenientes” em determinados contextos. Em todos esses exemplos, os conhecimentos, gestos e atitudes validados pelos padrões culturais predispõem os interlocutores a negar o diferente para não desregular certas referências.

Segundo Schutz, o conhecimento estabelecido associado aos padrões culturais elimina a angústia de ter que resolver o que é ou não aceitável, fornecendo ao grupo instruções precisas de como ser reconhecido internamente e validar-se perante o grupo. No entanto, isso também guarda as raízes dos preconceitos e a condição de indecifrável para aqueles que não compartilham as mesmas referências e registros culturais:

Esse sentimento pode levar a uma alteração parcial no sistema de relevâncias que domina dentro do grupo interno, ou seja, origina uma solidariedade em resistência à crítica externa. O grupo externo é, então, visto com repugnância, nojo, aversão, antipatia, ódio ou medo. (SCHUTZ, 1979, p. 86)

No ambiente interacional das associações culturais em comunidades, há uma combinação entre imitação e invenção em um espaço comum. Nesse espaço, os participantes encontram experiências, pensamentos, ideias e modos de ser com os quais se identificam, ao mesmo tempo que lidam com pontos de vista diferentes e constroem conhecimentos de forma compartilhada.

O espaço comunicacional tem estreita relação com os processos identitários, conforme pontuado por Wolton (2006, p.32). Segundo ele, estamos em um período de “identidade cultural relacional”, que aponta para uma abertura ao outro, em contraposição a uma “identidade cultural refúgio”, que seria caracterizada pela afirmação de si e negação do outro. A partir dessa perspectiva relacional, o autor apresenta a comunicação

como espaço e condição de coabitação, impactando o diálogo entre diferentes lógicas culturais e, conseqüentemente, a diversidade cultural.

O trânsito entre sistemas sociais e a natureza interna de cada indivíduo, bem como a validação em determinado ambiente social, torna comuns certos conjuntos de conceitos, conhecimentos ou normas, constituindo “um significado comunitário ou compartilhado que é constitutivo do mundo vital sociocultural” (HABERMAS, 2002, p.22).

Dessa forma, posturas e definições acerca de si mesmo e da comunidade onde se insere podem tomar corpo à medida que há uma construção compartilhada, estabelecida a partir do encontro entre as pessoas e não apenas de catálogos e estudos. É importante compreender as condições de produção dos significados compartilhados, inclusive em seu sentido histórico e processual, e como eles interferem diretamente nas projeções do que podemos ser como indivíduos e comunidade.

Os universos simbólicos são produtos sociais que têm uma história. Se quisermos entender seu significado temos de entender a história de sua produção [...] universo simbólico também ordena a história. Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.133, p.140)

Comunidades de sentido, territórios e cidadania

Essa dinâmica, estimulada pela interação comunicacional entre os participantes, inspira a perspectiva criativa e inventiva dos indivíduos. O conceito de “comunidades de sentido”, apontado por Janotti (2005), contribui para o desenvolvimento aqui proposto.

Determinadas agregações de indivíduos que partilham interesses comuns, vivenciam determinados valores, gostos e afetos, privilegiam determinadas práticas de consumo, enfim, manifestam-se obedecendo a determinadas produções de sentido e, espaços desterritorializados [...] o primeiro critério considerado para a constituição de uma comunidade de sentido é o compartilhamento de determinados valores, gostos e afetos que ressaltam o “ideal comunitário” [...] os territórios das comunidades de sentido seriam, antes de tudo, territórios simbólicos que possibilitam a manifestação de sentidos [...] a comunidade de sentidos fornece uma espécie de “capital cultural” para que a vivência de determinados valores seja partilhada” (JANOTTI, p.119-121)

É essencial considerar um ambiente comunitário com múltiplas formas de encontro, diversas possibilidades de interação e troca, e, principalmente, oportunidades de negociação e compartilhamento de modos de ser e de perspectivas sobre o mundo, incluindo até os modos de vestir.

Como afirma Janotti, “se não se partilha o território físico, continua-se a partilhar imagens, vestuários, posicionamentos (...) que fundam estes territórios simbólicos”, permitindo que as pessoas se reconheçam nesse território “independentemente das fronteiras geográficas tradicionais”. Assim, as comunidades de sentido estão imbricadas nas comunidades geograficamente definidas, já que os indivíduos em uma comunidade possuem diversos processos identitários que os conectam a diferentes comunidades de sentido.

Discutir essas questões comunitárias se relaciona bem com a temática de territorialização e desterritorialização, mas vamos abordar de forma mais acessível, pois o tema é denso. Guattari e Rolnik (1996) definem território como “um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’”, do qual ele se apropria.

Isso ressalta a importância do território como um espaço de segurança e confiança (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323). Hasbaert (2005) aponta que o território pode conter perspectivas de dominação ou apropriação e distingue dois âmbitos para a ideia de território: “território funcional” e “território simbólico”.

Quadro 1 – Tipos ideais de território

Território Funcional	Território Simbólico
Processos de dominação	Processos de apropriação
Desigualdade	Diferença
Território sem territorialidade	Territorialidade sem território
Princípio da exclusividade	Princípio da multiplicidade
Território como recurso, valor de troca	Território como símbolo, valor simbólico
Controle físico, produção, lucro	Abrigo, lar, segurança

Fonte: elaboração do autor com base em Hasbaert (2005)

É possível deduzir da leitura do autor que o território, enquanto identificação e apropriação simbólica, pode ser «transportado» pelo sujeito sem existência física, mas construído simbolicamente, como a noção de terra prometida aos judeus, o movimento pan-africanista ou rastafári que se espalha por diversas partes do mundo.

Ao se deslocar (desterritorializar), o sujeito movimenta-se em direção a uma situação na qual se sinta em casa, que atenda às suas aspirações e fomenta novos desejos (reterritorializar), em um constante trânsito de território a território. Esse movimento, induzido por forças produtivas, tira a pessoa da inércia e a recoloca como protagonista. Nesse sentido, reterritorializar-se é como reencontrar-se.

A produção cultural pode trazer novas visibilidades, posicionar novos registros e agendamentos, conforme pontuado por Guattari e Rolnik (1996, p.22). Além disso, os movimentos sociais utilizam a produção cultural não apenas para que os grupos em situações periféricas se aproximem de um dito centro, mas para valorizar a produção cultural local e acionar a cultura na cidade como um todo.

A aspiração por um grau de sofisticação, que é excludente, busca sempre alcançar patamares mais altos em qualquer esfera da vida. A Cultura (com “C” maiúsculo), aqui, tem um caráter civilizatório, sinal de refinamento social e valor agregado, elevando a pessoa que demonstra possuí-la, como se fosse um processo de assepsia de shopping center, onde tudo parece limpo, seguro, confiável e palatável.

Em contraponto à “sofisticação excludente”, os novos movimentos sociais oferecem a possibilidade de uma “qualificação inclusiva”, potencializando os processos de singularização subjetiva. Isso impacta, como apontam Guattari e Rolnik (1996), nas políticas do cotidiano (micropolíticas) e nas políticas relativas às comunidades e cidades (macropolíticas).

As práticas artísticas no ambiente dos movimentos sociais oferecem a oportunidade de vivenciar alternativas ao cotidiano ocupacional monótono de casa-trabalho-estudo-lazer-casa. Nos enunciados de entidades que desenvolvem projetos socioculturais, as pessoas encontram chaves para a reterritorialização produtiva e criativa. Parte-se do pressuposto de que a coletividade pode produzir agenciamentos

coletivos de enunciação, abertos à mudança, produção e reinvenção por meio da atividade artística.

Os esforços reflexivos, narrativos e comunicacionais, bem como as comparações internas e externas, colocam as pessoas em uma situação dialógica que faz emergir sentidos compartilháveis, a partir da comparação das narrativas dos diversos sujeitos “enquanto identidades ficcionais”, incluindo a si mesmos (LUHMANN, 2005, p.97). A comunicação é um fenômeno social, pois no ato comunicativo e dialógico o sujeito consegue fazer com que “sua forma de comunicação se alinhe recursivamente às formas de comunicação dos outros”, possibilitando que cada indivíduo consiga visualizar-se com o olhar dos outros (KRIPPENDORFF, 1997, p.133-134).

Ao tratar da experiência de produção de comunicação audiovisual por tribos indígenas, Carelli (2014) discute a construção de visibilidades de si, no sentido poético do termo: “o vídeo oferece a possibilidade imediata de construção de uma outra imagem, que corresponda mais à sua autoimagem” (CARELLI, 2014, p.113). Compreender como se processa, na prática, o conhecimento e reconhecimento das singularidades e como se dão as condições de coexistência entre sujeitos, marcados por seus repertórios e tentativas de identificação e comparação, é fundamental. Sodré (2006) ressalta que continuamente comparamos o que se nos apresenta com nossos repertórios, o que impacta diretamente na diversidade.

O conceito de diversidade deveria ser chamado “conceito comparativo”. Se um objeto se apresenta várias vezes aos nossos olhos com as mesmas determinações internas (qualidade e quantidade), nós usamos o recurso da comparação, para saber se se trata de uma única coisa e não de coisas diferentes [...] Mas por que dizemos que alguém é igual ou diferente de outro? Porque comparamos. Comparamos como se fosse o caso de identificar objetos. E comparamos para exercer poder, para dominar. Na verdade, os homens não são iguais, nem desiguais. Os homens, seres singulares, coexistem em sua diversidade. Cada uma dessas singularidades corresponde, às vezes, à dinâmica histórica de um Outro, um coletivo diverso. Na prática, aquilo que nós experimentamos de uma cultura, principalmente da nossa, é a diversidade de seus repertórios, onde se mostram hábitos, enunciados e simbolizações. (SODRÉ, 2006, p. 9, p. 11)

Traduções dos contextos, comparações automáticas

Trabalhamos com as referências que temos para “traduzir” a realidade e os outros, como discutido anteriormente. Plaza (1987) afirma que os pensamentos são uma tradução, uma vez que, ao pensarmos, “traduzimos aquilo que temos presente à consciência, sejam imagens, sentimentos ou concepções (que, aliás, já são signos ou quase-signos) em outras representações que também servem como signos” (PLAZA, 1987, p.46).

Plaza (1987) também pontua que “ao considerar a tradução como organização de conjuntos por semelhança [...], temos que seria no lugar ou espaço da consciência sintética em terceiro nível que se daria proeminentemente essa operação associativa” (PLAZA, 1987, p.39). O que ele chama de operações associativas pode comportar apenas um certo conjunto de elementos previstos, tornando o que não se encaixa nesses padrões algo próximo a um “defeito”.

Alguns termos em inglês são interessantes para ilustrar o que tratamos aqui, como a palavra “fault”, que corresponde em português a “falha”, e a palavra “default”, correspondente a “padrão”, ou grosso modo, “sem falhas”. Assim, é possível pensar que, para muitos, a diferença cultural (o que não se encaixa nas projeções) pode ser entendida como falha, precariedade, defeito ou inautenticidade.

Para uma parte da sociedade (os quais chamaremos de AAA), o fato de certos grupos juvenis (os quais chamaremos de CCC) demonstrarem preferência por ouvir heavy metal ou funk automaticamente os classifica (na compreensão dos sistemas de relevância de AAA) como uma ameaça ou poluentes do ambiente (no sentido da altura do som ou das roupas que consideram estranhas). Utilizamos aqui os operadores de tradução vinculados a estilos musicais, mas poderíamos usar outros, como o corte de cabelo, o jeito de se vestir, o uso de bonés, entre tantos outros. Para AAA, qualquer coisa que não se encaixe nos seus sistemas de relevância é entendida como “degeneração”, algo a ser desprezado, combatido ou isolado.

A música “Pra que discutir com madame” é um samba composto por Haroldo Barbosa e Janet de Almeida em 1945. A canção critica de forma bem-humorada a rejeição de uma madame da alta sociedade

carioca ao samba, refletindo o preconceito racial e social da época. A letra satiriza essa atitude, destacando a superioridade que essa madame acredita ter sobre o samba e seus compositores.

Essa canção exemplifica como certos estilos musicais, como o samba, eram vistos com desprezo pelas elites conservadoras que se identificavam com a cultura europeia, como mencionado por Garcia (2001). Essa hostilidade era baseada na percepção de que o samba, com suas raízes negras e populares, não se encaixava nos padrões culturais aceitos pela alta sociedade, sendo visto como um desvio ou algo menos digno.

Madame diz que a raça não melhora / Que a vida piora Por causa do samba / Madame diz que o samba tem pecado / Que o samba é coitado / Devia acabar
 Madame diz que o samba tem cachaça / Mistura de raça, mistura de cor / Madame diz que o samba é democrata / É música barata / Sem nenhum valor
 Vamos acabar com o samba / Madame não gosta que ninguém sambe / Vive dizendo que o samba é vexame / Pra que discutir com Madame
 (GILBERTO, 2014, online)

O samba era frequentemente associado a termos como “piora”, “pecado”, “coitado”, “barato”, “vexame” e “sem nenhum valor”. A repulsa em relação a esse estilo musical surgia por ele ser considerado fora dos registros padrão de AAA. Como aponta Garcia (2001), uma sofisticada e venerável matrona, identificada como Mag, não compreendia “outra música, outra emoção, outro sentimento que não seja o RAFINÉE”.

O refinado ao qual a autora se refere era o registro compreensível por AAA dentro de suas perspectivas de mundo. O fato de “não compreender outra...” demonstra a incapacidade de traduzir, valorizar e reconhecer a articulação proposta por CCC. O que não era reconhecido no repertório de AAA em CCC levava a tal madame a não gostar que outros praticassem o samba, a ponto de isso a incomodar.

Transportando para os dias atuais, o samba tornou-se música tradicional carioca. Com o tempo, o samba diversificou-se, ganhou um grau de refinamento, respaldo social e contornos de tradição, reforçado continuamente pela mídia, que transformou o samba-enredo em um espetáculo mais comportado. Quando se fala de samba hoje, há orgulho para os que aprendem seus passos, e destaque para muitas pessoas de AAA que ocupam a passarela do samba.

Atualmente, o lugar de estranho, marginal e difícil tradução é ocupado pelos grupos CCC do Funk, do RAP ou do EMO. É comum que pessoas consideradas comportadas e refinadas se refiram aos membros destes grupos como indivíduos com hábitos estranhos, não sociáveis, que não sabem se comportar em ocasiões públicas, causando desconforto e estranhamento em grupos AAA, como o cabelo dos EMO.

Um adolescente *emo* é identificado por suas características visuais e pelas músicas que ouve. Quando alguns dos elementos estéticos característicos do grupo – calça jeans skinny, camisetas básicas ou com estampas infantis e quadriculadas, acessórios que incluem munhequeiras, bonés e cintos de rebites, cortes de cabelo inusitados, pintados e/ou com mechas de cores como rosa, verde, azul ou roxo, tênis All Star e, em alguns casos, maquiagem para meninas e meninos e o visual andrógino – são observados em uma pessoa, é muito provável que ela seja identificada como fazendo parte da subcultura (BEZERRA; CAMPOS, 2014, p. 42)

Qual seria o motivo para o uso do berimbau por um grupo CCC provocar a ideia em AAA de que é um instrumento de menor relevância musical que um violino, senão um conceito previamente estabelecido de que o berimbau talvez seja tocado por pessoas com ascendência africana, e ainda mais: que a ascendência africana é de refinamento menor que a europeia? Ou, ainda, por qual motivo, para AAA, as culturas com tradição oral teriam menor reconhecimento como culturas consolidadas?

A observação pura e simples e a tentativa de enquadrar o outro nas próprias referências (ou sistemas de relevância, universos simbólicos ou outros termos) podem ser um dos desafios mais concretos na promoção da diversidade cultural, além dos discursos governamentais ou da aceitação de que a diversidade é entendida pacificamente pelo conjunto das sociedades como um conceito importante.

Estes pontos apresentados amarram o que queria discutir aqui em relação aos territórios, competências multiculturais e suas relações com o ambiente das comunidades. A formação para competências multiculturais e interculturais e para capacidades de tradução intercultural exige mais do que interesse pelo exótico.

É necessária uma postura de curiosidade sincera pelo outro, suas motivações e sistemas de relevância, impondo-se como uma das chaves para avançar na promoção da diversidade no cotidiano, que não é feita

só de tradições estabelecidas, mas também de inovação, mudança e superação de tradições.

Processos de aprendizagem social

Nos processos de aprendizagem social, as pessoas compartilham interesses comuns e estabelecem interações regulares. Essas interações e o tempo compartilhado em associações comunitárias, culturais e projetos comuns levam à construção coletiva de conhecimentos ou ao compartilhamento de impressões e percepções. Dessa forma, desenvolvem um repertório compartilhado de recursos para utilizar na construção de soluções e nos processos de negociação com a gestão pública e outros atores sociais e comunidades.

É importante frisar o conceito de liderança nas comunidades: todas as pessoas devem assumir papéis significativos em algum momento e sempre haver rotatividade na liderança. A ação comunitária é uma espécie de escola de liderança. Porém, é comum haver confusão sobre o papel e a atuação da liderança, e as comunidades podem não usar o melhor que têm em benefício dos interesses coletivos locais.

Muitas lideranças têm muito a dizer, mas pouco a escutar. Pode ser cômodo que alguém assuma a fala em nome da coletividade, mas se forem sempre as mesmas pessoas, isso pode não ser liderança no sentido mais genuíno do termo, mas uma espécie de “porta-voz” (mesmo que não represente a voz da coletividade como um todo ou uma síntese do que as comunidades têm a dizer).

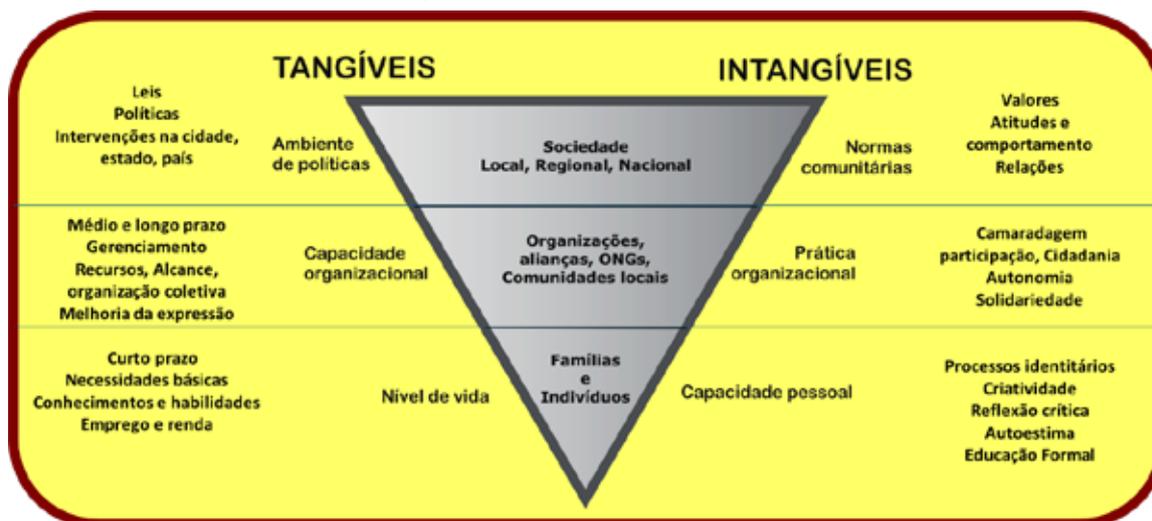
Nas vivências comunitárias colaborativas, temos o desafio de cooperar, colaborar e compartilhar, o que pode não ser simples, pois são dezenas de pontos de vista diferentes e pode acontecer de as pessoas não terem muito claro quais são os pontos de vista sobre muitos assuntos. A falta de conhecimento sobre os temas, o despreparo para buscar soluções em conjunto, a desconfiança em relação a algumas pessoas, o cansaço com a vida cotidiana e, principalmente, a falta de preparo para buscar soluções e para envolvimento comunitário desde cedo são algumas das causas dessa dificuldade.

A comunidade comporta tensão e nem todos estão preparados para isso: para debater, ouvir, expressar claramente seus pensamentos, ser

questionados ou confrontados com suas perspectivas (até porque muitas podem carecer de convicção suficiente). Por isso, o desenvolvimento de senso de comunidade e de noções de vizinhança passa, necessariamente, pelo desenvolvimento das pessoas, do capital social, o que torna essa questão crucial para avançarmos na promoção da diversidade cultural. É importante ressaltar que não se trata de uma simples soma das capacidades individuais para um benefício coletivo, mas da construção conjunta de capacidades coletivas.

O *Quadro de Desenvolvimento de Base* é uma metodologia desenvolvida pela Fundação Interamericana e parte do princípio de que quanto mais se investe no ser humano, indivíduo (considerado a “base”), de uma comunidade, mais se qualifica aquela comunidade, cidade, estado.

Gráfico 1 – Quadro de Desenvolvimento de Base



Fonte: Elaboração do autor, com base em BOVINIC et Al, 2004

Os esforços de apoio mútuo de grupos de base visam melhorar as condições de vida de toda a comunidade, principalmente dos mais vulneráveis, aumentando sua capacidade decisória e de autogestão, e desenvolvendo parcerias com indivíduos, comunidades, instituições e governos. Parte-se do princípio de que, ao fortalecer as capacidades individuais (base), fortalece-se o coletivo (topo): quanto mais se ampliam as possibilidades do indivíduo (não do individualismo, é importante frisar), maiores são as possibilidades do coletivo de interferir positivamente no ambiente das comunidades, cidades e países.

O conceito de capital social – definido por Putnam (1994) como características de organização social tais como redes, normas e confiança social, que aumentam o potencial produtivo de uma sociedade – foi empregado para identificar mudanças na capacidade da comunidade de sustentar um processo local de desenvolvimento.

A conceitualização original do Projeto de Criação de Comunidades de Base fundamentou-se nos pontos fortes e fracos identificados nas comunidades afro-descendentes e nas experiências bem-sucedidas identificadas nos estudos da Fundação Interamericana, que levaram à definição de seu Quadro de Desenvolvimento de Base (Ritchie-Vance, 1996). Uma das constatações mais notáveis da Fundação Interamericana foi o fato de que as organizações comunitárias de base procuravam desenvolver capacidades pessoais como um meio de incentivar uma cultura mais democrática e, em última análise, afetar valores e atitudes. (BOVINIC et Al, 2004, p.277)

Essa abordagem evidencia a importância de qualificar o capital humano para qualificar o capital social. No infográfico abaixo, podemos perceber como as condições do indivíduo (bem-estar físico e mental, competências, conhecimentos, relações, criatividade, etc.) influenciam o capital social que é compartilhado e vivido em sociedade e comunidade.



As capacidades expressiva e relacional impactam diretamente nas capacidades de cooperação e confiança; o bem-estar físico e mental impacta diretamente nos laços familiares e na reciprocidade, e assim por diante, resultando em dezenas de recombinações de impacto entre o capital humano e o capital social.

Conclusão: O nosso - repensando o conceito de periferia e regionalização

É bom falar e ouvir falar do bairro onde moramos ou onde nascemos. Nesse lugar, construímos as relações do nosso dia a dia: andando pelas ruas do bairro, é comum reconhecermos as pessoas que por ali circulam. Perto de casa, cumprimentamos os vizinhos. Na padaria da esquina, conhecemos os produtos. Sabemos os nomes das ruas e o que encontraremos nelas.

Essas coisas nos fazem “sentir em casa”, como apontado anteriormente neste texto, e estão presentes em diversas passagens da Coleção “Histórias de Bairro”, editada pela Prefeitura de Belo Horizonte. Esse é tanto o lugar de vivência dos moradores quanto uma divisão administrativa da cidade. Nas divisões administrativas, temos nomes cartoriais, que podem ser completamente distintos dos usos do cidadão comum no seu dia a dia.

A opção de Belo Horizonte pela regionalização, ao longo destes mais de vinte anos, pode ser entendida como uma ação de longo prazo para uma nova compreensão das relações entre os diversos territórios geográficos do espaço urbano. Podemos deduzir da experiência da cidade a construção de um novo conceito que vai além da perspectiva de centro e periferia, para um arranjo que se afasta dessa ideia, apesar de o nome ainda sugerir essa concepção. Isso se alinha à direção apontada por Hannerz (1997), que trata da necessidade de revisar antigas palavras ou conceitos para pensar em mudanças e novos conceitos. (HANNERZ, 1997, p.29)

A perspectiva do autor está diretamente ligada ao que desenvolvemos aqui, saindo da ideia ainda simplificadora da descentralização de ações culturais nos equipamentos (as quais relegavam a produção cultural local a segundo plano, ou nem as consideravam), para multicentralidades (cobertas pelos conceitos de fluxos, fluxos entrecruzados e contrafluxos). Hannerz (1997) propunha discutir os modelos centro-periferia “mesmo daqueles que admitem múltiplos centros e periferias” (HANNERZ, 1997, p.13). De forma complementar, SILVA (2013) questiona o difusionismo cultural ligado às políticas de “democratização cultural”, entendidas como programas de “distribuição e popularização da arte” (SILVA, 2013, p.272).

Para comparar, podemos analisar o marco legal no qual o Sistema Nacional de Cultura se inspirou para conceituar os termos de descentralização e regionalização. Na legislação que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), a descentralização prevista tem um caráter político-administrativo, no qual a responsabilidade de execução passa a ser dos municípios como entes federados, enquanto a regionalização se refere a um processo de articulação entre os serviços de saúde já existentes.

Na emenda constitucional do Sistema Nacional de Cultura, que acrescentou o artigo 216-A, há apenas o termo descentralização, utilizado da mesma forma que no SUS, como “descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações” (princípio XI, Emenda Constitucional 71/2012). O termo regionalização aparece apenas no Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010), por duas vezes.

Na primeira, no capítulo relativo à função do estado, aponta a “territorialização e a regionalização das políticas culturais” (Lei 12.343/2010, Capítulo I) como fundamentais para o exercício da função do Estado. Na segunda, no capítulo da promoção da diversidade, destaca os vínculos entre regionalização e a diversidade cultural, “privilegiando as iniciativas que contribuam para a regionalização e a promoção da diversidade” (Lei 12.343/2010, Capítulo II, item 2.7.1).

Entendendo que boa parte da sociedade e até o próprio Estado não se desvincularam completamente do termo “descentralização” ou até mesmo da multidentalidade, propomos pensar em “regionalização” como uma evolução, na perspectiva apresentada por RICHARD (2014):

Um espaço regional corresponde estritamente a um espaço funcional estruturado por interações fortes entre seus componentes [...] podemos falar de regionalização das práticas quando os atores, quaisquer que sejam, privilegiam sua vizinhança regional em um ou outro domínio [...] pode designar uma forma de ideologia política, econômica ou gerencial que leva um ator a pensar que a vizinhança regional deve ser a prioridade estratégica de sua ação. (RICHARD, 2014, p.40)

A regionalização é, portanto, uma ação que visa dar maior importância à vizinhança regional, deslocando a produção e a circulação de sentidos através das práticas artísticas e culturais para o ambiente mais próximo dos cidadãos, como os bairros. Isso não se limita apenas à delimitação

administrativa, mas envolve a produção social e a compreensão da distribuição de fluxos e práticas sociais (RICHARD, 2014, p.38).

Ao término do módulo, o coordenador da ação formativa refletiu sobre os desafios futuros, destacando a necessidade de considerar em nossos esforços o pertencimento territorial, os pertencimentos simbólicos, a capilaridade territorial, as interações, a convivência e a partilha. Tudo isso, em meio a um período marcado por disputas, desterritorializações, excessos e fragmentações.³

3 Fala do professor José Márcio Barros quando da conclusão do módulo.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEZERRA Luciana Rodrigues, CAMPOS, Herculano Ricardo. Consumo, mídia e identidade juvenil Emocore. In.: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 9(1), São João del-Rei, janeiro/junho 2014.

BRAGA, José Luiz. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. **ALCEU** - v. 10 - n.20 - p. 41 a 54 - jan./jun. 2010

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC**, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

BUVINIC, Mayra; MAZZA, Jacqueline. DEUTSCH, Ruthanne (eds). **Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina**. Rio de Janeiro: Elsevier: Washington [Estados Unidos]: BID, 2004

CARELLI, Vincent. Uma escola indígena de cinema. In.: MIGUEZ, Paulo; BARROS, José Márcio; KAUARK, Giuliana (Organizadores). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Salvador: EDUFBA, 2014.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia, vol.5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana** [online]. 1997, vol.3, n.1, pp. 7-39. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2454.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2007.

HASBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multi-territorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, USP, AGB, p. 6.774-6.792, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: < <http://ucbweb2.castelobranco.br.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2014.

JANOTTI Jr, Jeder S. **Mídia, cultura juvenil e rock and roll**: comunidades, tribos e grupamentos urbanos. In.: PAIVA, Raquel, BARBALHO, Alexandre. Comunicação e Cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. Brasília: UNESCO, 2001.

KRIPPENDORFF, Klaus. Principales metáforas de la comunicación y algunas reflexiones constructivistas acerca de su utilización. In: PAKMAN, Marcelo (Ed.). **Construcciones de la Experiencia Humana II**. Barcelona, Spain: Gedisa editorial, 1997.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005

RICHARD, Yann. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. **Confins** [Online], 20, 2014. Disponível em <<http://confins.revues.org/8939>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

SARRIERA, Jorge Castelá, MOURA JR., J.F., XIMENES, V.M., RODRIGUES, A.L.. Sentido de comunidade como promotor de bem-estar em crianças brasileiras. In.: **Revista Interamericana de Psicologia**/Interamerican Journal of Psychology (IJP), 2016, Vol., 50, No. 1, pp. 106-116

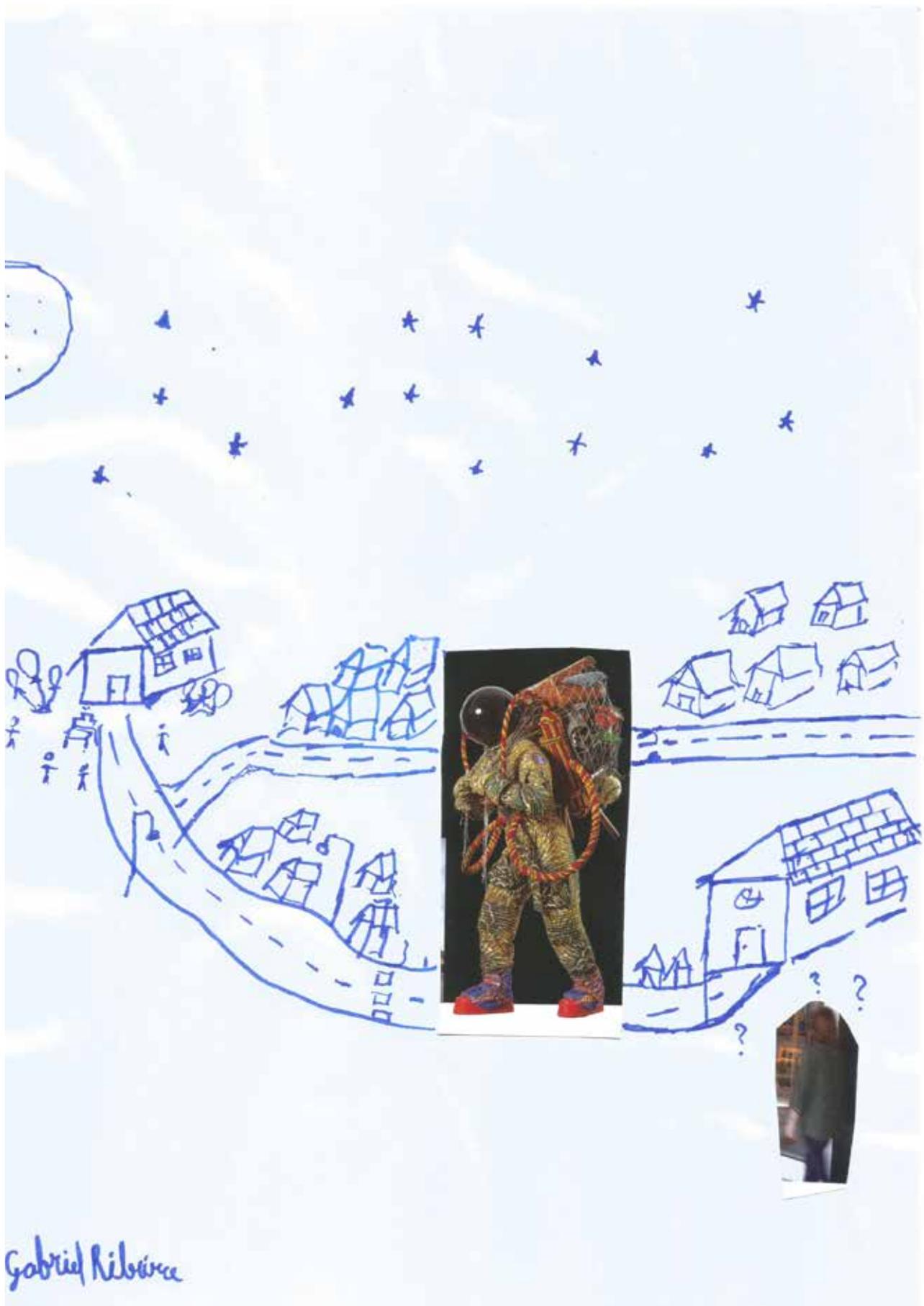
SCHRÖDER, Ulrike. **Comunicação intercultural**: uma desconstrução e reconstrução de um termo inflacionário. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 9 (1), 2008

SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. **Revista Científica de Información y Comunicación**, Sevilla, n. 3, p. 5-16, 2006.

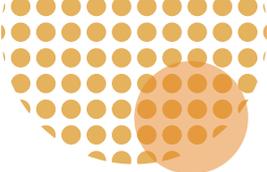
UNESCO. **2º Relatório Mundial da UNESCO**: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. UNESCO: Paris, 2009. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

VIEGAS, Monique Placido; OLIVEIRA, Evlyn Rodrigues; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. Fatores motivacionais, cognitivos, emocionais e os efeitos relacionados ao voluntariado. **Revista brasileira de terapia Cognitiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 66-74, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872019000100010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 10 out.2024. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20190010>.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.



Trabalho desenvolvido durante o projeto Anônimos Notáveis
Centro Cultural Lindeia Regina
Belo Horizonte, Junho, 2024



Usos do termo “Comunidade” nos documentos de referência das Conferências Nacionais de Economia Solidária: significados e implicações para a prática social

Sílvia Maria Bahia Martins¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo investigar os usos atribuídos à palavra “comunidade” nos textos-base das Conferências Nacionais de Economia Solidária, buscando entender como essa terminologia é empregada, quais sentidos lhes são atribuídos. Para tanto, a pesquisa realizou levantamentos de documentos oficiais, complementados por referências bibliográficas. Reconhecer que a compreensão (ou falta dela) do termo “comunidade” tem consequências práticas em relação aos seus possíveis usos e às interações com outros campos é fundamental.

*

Conferências de Economia Solidária

A Constituição de 1988 inaugurou dispositivos que conduziram o poder público a desenhar arranjos e processos de participação social. E um arcabouço importante deles dá-se por meio da convocação da sociedade civil no campo da consulta, da representação e da deliberação das políticas públicas. Os orçamentos participativos, os conselhos, as conferências de políticas públicas compõem o rol de alguns dos mecanismos que combinam práticas de democracia direta e indireta que visam influenciar as decisões governamentais. A conferência é um desses ambientes de caráter

¹ Mestre em Desenvolvimento e Gestão pela UFBA, atuou como técnica do Governo da Bahia entre 2009 e 2023, e acompanhou o contrato de gestão do Centro Público de Economia Solidária – Bacia do Jacuípe, gerenciado pela Rede Pintadas. E-mail: contato@rede pintadas.org.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0684274543712447>

consultivo e não vinculante, o qual congrega representantes da sociedade civil e de suas organizações constituídas, governantes, movimentos sociais, trabalhadores e integrantes da esfera governamental em torno do debate, da avaliação, do controle social e da proposição de políticas públicas. Essas são manifestações de novas relações Estado – sociedade têm sido traçadas no Brasil contemporâneo, em especial, pela intensidade das reivindicações dos movimentos sociais organizados, pela assunção de novas pautas do setor privado, bem como pela maturação das instituições democráticas. O Estado, por um lado, tem reconhecido que não é capaz de avocar exclusivamente a formulação e a implementação de políticas públicas e a tomada de decisões sobre questões do conjunto da sociedade. Por outro, a expansão e a intensificação dos canais de participação, a apropriação de processos de gestão social tem viabilizado o exercício da influência pela sociedade civil organizada, o que tem propiciado interação com os governos de forma a pautar reivindicações e demandas. Os governos, então, são instados a incluir novos sujeitos e a revisar a orientação das políticas públicas até então desenvolvidas. A política de economia solidária é forjada nesse escopo.

Definir o que é (e o que não é) economia solidária é motivo de negociação e disputa entre os seus diversos praticantes e pesquisadores/as. Não caberia defini-la de modo meramente prescritivo, e se assim o fizesse, poder-se-ia cair numa armadilha. O que aparenta consenso é que a terminologia busca prover nome ao fenômeno que assumiu renovada projeção nas áreas política, social e econômica, e que passa a ser identificado/reconhecido por e a (auto) identificar/reconhecer diversidade de manifestações de associativismo econômico no Brasil, “seja pela recriação de práticas tradicionais, seja pela emergência de formas inovadoras” (Cunha; Santos, 2011). Ao mesmo tempo, a acepção indica movimento, prática, conceito, modo de gestão, o que demonstra o quanto o campo é dinâmico, lida com (des)continuidades, imprecisões, “que não está pronta ainda; está em processo” (Coraggio, 2003, p.36).

O incentivo a empreendimentos de economia solidária por meio de políticas públicas tem se apresentado como fenômeno novo no quadro da administração pública brasileira contemporânea. No âmbito nacional, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes (2003–2018/2023–2024) tornou-se um marco histórico-institucional em função de

ter inaugurado uma nova forma de intervenção do Estado nas políticas de geração de trabalho e renda, as quais assumiram oficialmente o trabalho associativo como estratégia de enfrentamento ao desemprego para além da relação assalariada (França Filho, 2006).

A Senaes é a instância da esfera federal encarregada de convocar as Conferências Nacionais de Economia Solidária².

A primeira Conferência Nacional de Economia Solidária - Conaes, ocorrida em 2006, foi convocada pelos Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social; naquele momento, ainda não havia Conselho implantado, e a Comissão constituída por integrantes dos órgãos supra e de representantes da sociedade civil ficou responsável pela chamada. Seu tema era “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, e seu foco estava atrelado à discussão de princípios e identidade do movimento, bem como definição de áreas prioritárias de atuação, como marco legal, finanças, formação, comunicação (Brasil, 2024).

A II Conaes, ocorrida em 2010, tinha como tema: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. A edição pautou limites, desafios e avanços da economia solidária desde a implantação da Senaes. Naquele ano, conferências temáticas ou livres passaram a ser realizadas. Um dos efeitos mais significativos do evento foi a influência que teve na formulação das ações do Plano Plurianual (2012-2015) (Brasil, 2024). Já em 2014, a III Conaes destacou o conteúdo “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”. A ênfase foi direcionada para o balanço das políticas públicas. Dessa edição foi elaborado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2014-2019), o qual não chegou a ser implementado em virtude das consequências do processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016 (Brasil, 2024).

E a IV Conaes, em 2024, incorporou o termo “popular” à sua feição original. Seu tema está ancorado no debate sobre “Economia Popular e Solidária como Política Pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação”. Atualmente, os eventos preparatórios – (inter)municipais, regionais/territoriais, estaduais – já

² Importante mencionar que duas outras plenárias foram convocadas pela sociedade civil no período, quando o poder público não o fez formalmente. As mesmas não são objeto de estudo desse paper.

aconteceram ou estão em vias de realização e geram substâncias e delegados/as para a edição nacional, programada para agosto de 2025.

A escolha do objeto da atual Conferência tem justificativa: decorridos 21 anos desde sua criação, a Senaes ainda lida com baixa grau de institucionalização, considerando a dificuldade de aprovação de marco regulatório no âmbito federal, bem como a alteração de seu status, nos governos anteriores ao retorno de Lula à presidência. O documento de 2024 trata esse período como “esvaziamento da SENAES iniciado em 2016, culminando com sua extinção, assim como o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2019” (Brasil, p.10, 2024).

Cada uma das Conferências é sustentada por documentos norteadores, quais sejam: texto de referência, orientações metodológicas, modelo de regimento interno, minuta de convocação. Cada estado e município pode adaptar os textos e, quando possível, a instância que convoca a Conferência no âmbito estadual ou municipal, apresenta documento que versa sobre balanço das respectivas políticas públicas na área.

O que é Comunidade? Uma análise breve das suas nuances

No cotidiano, as palavras “comunidade” e as delas derivadas – “comunitário(s)”, “comunitária(s)” – , tendem a ocupar um lugar que é aparentemente pouco complexo, comum até, uma unidade consensual, tautológica, óbvia, e que podem ser tratadas como se autorreferentes fossem. A maioria dos trabalhos sobre o tema não define o termo, que sentido lhe é atribuído e que usos se pretende fazer dele. Esse suposto silêncio tende a tornar válidas aquelas ideias que são consideradas unânimes, deslegitimando outras perspectivas. E isso pode trazer repercussões práticas para o campo e para a relação com os demais.

Algumas palavras carregam pesos diferentes. Comunidade, social, intervenção, popular são aquelas que são passíveis de adentrar essa zona. Renato Janine Ribeiro (2000) já havia revelado essa distinção com a díade sociedade – social: para o autor, sociedade compreende aquilo que é percebido como ativo, entendido como um conjunto de instituições, normas e práticas, que promove interesses que podem não refletir os valores

sociais de inclusão e justiça. Essa atividade da sociedade é visível em como as políticas públicas são formuladas e implementadas, frequentemente priorizando interesses de elites ou grupos dominantes. Já o “social”, refere-se a aquilo que é passivo, compreende valores, práticas e interações que promovem inclusão, solidariedade e bem-estar coletivo. Ribeiro então apresenta a desconexão entre as ações políticas (sociedade, percebida enquanto ativa) e as reais necessidades sociais (social, enquanto passivo). Comunidade vem do latim “*communitas*”, que significa conjunto de indivíduos que compartilham algo. Mas esse algo é comum ou em comum? Na esteira das discussões de Sartre (2002), as necessidades podem ser comuns e em comum; enquanto as necessidades comuns referem-se a objetivos partilhados por todos, já as em comum tratam das demandas individuais que podem coexistir sem necessariamente formar um grupo coeso com um objetivo coletivo.

As primeiras concepções sociológicas associam ao termo “comunidade” aquilo que é comum, que traz um senso de segurança e de construção de relações pessoais, contrastando com as características da então emergente sociedade moderna, marcada por relações impessoais e racionais (Tonnes, 1973; Weber, 1973). Para Palácios (2001, p. 1), a “ideia ou conceito de comunidade, tão central na sociologia clássica, é uma invenção da Modernidade”, já que se referia ao modo de vida feudal.

Autores contemporâneos singram discussões nesse campo também. Para Bauman (2001), a comunidade é um conceito complexo diante da liquidez das relações nas sociedades contemporâneas. Ainda que aparentemente oferte conforto e pertença, a ideia de comunidade encontra desafios relacionados à exclusão, à superficialidade, à tensão entre segurança e liberdade. Na sua concepção, comunidades podem surgir rapidamente para atender a necessidades específicas e tendem a desaparecer conforme as mesmas sejam atendidas. Como não são fixas, têm mobilidade e se adaptam aos emergentes sociais.

Já Castells (1999) sugere que os indivíduos buscam se organizar em comunidade e, ao longo do tempo, cultivam um sentimento de pertencimento como modo de resistir ao processo de individualização e fragmentação. Em muitos casos, essa dinâmica resulta na formação de uma identidade cultural. A proposta do autor é que, por meio de um processo de mobilização social, as pessoas se unam em movimentos urbanos para

defender interesses comuns que não precisam necessariamente ocorrer no mesmo espaço físico e sim em rede.

As características que são acionadas supra tratam da fluidez das interações e das relações, da emergência de comunidades como respostas às necessidades sociais, sejam elas emocionais, sejam de cunho de mobilização coletiva, nem sempre amparadas num espaço físico ou que tenham um senso de identidade consolidado (isso pode vir a ocorrer). A perspectiva de laços sociais torna-se mais complexa, refletindo tanto a individualidade dos membros quanto suas conexões coletivas.

Áreas do conhecimento, como a psicologia, educação e comunicação, têm apontado a necessidade de incluir a verve comunitária nas discussões acadêmicas. Essa abordagem inclui o envolvimento das pessoas, especialmente aquelas privadas de direitos, em processos de tomada de decisões e definição de prioridades. Assim, as mesmas podem identificar suas necessidades, seus problemas e, com recursos próprios ou mobilizados para tal, criar condições de auto-organização. Trata-se de uma visão declaradamente política do termo.

Daí é possível perguntar: em que medida a atuação e a dinâmica de banqueiros da Faria Lima, CEOs de conglomerados econômicos, deputados da bancada parlamentar BBB – Bala, Boi e Bíblia – não representam ações de comunidades? Então, ainda que pareça natural a expectativa de que comunidade se relacione a determinadas geografias, iniquidades e desigualdades, isso nem sempre é verificável em termos práticos. A ausência de uma identificação explícita desses grupos como comunidades pode conceder-lhes maior liberdade para realizar ações comunitárias, permitindo uma interferência mais ampla nas diferentes esferas de poder. Dessa forma, o que se pretende com essa breve abordagem? Reconhecer que a (in)compreensão do termo “comunidade” gera repercussões práticas quanto a seus usos possíveis e para as relações com os demais campos.

Sobre os usos

O historiador e filósofo francês Michel de Certeau (1998) aborda os “usos” em uma de suas obras mais conhecidas, “A Invenção do Cotidiano”. Neste contexto, o autor define o conceito de usos como as maneiras pelas quais as pessoas se apropriam e reinterpretam as estruturas sociais e

culturais. Apesar das estratégias impostas por instituições, os indivíduos encontram formas de interagir com o mundo ao seu redor, subvertendo essas estratégias dominantes através de suas práticas cotidianas. Assim, a linguagem se torna um meio de resistência e criatividade, enquanto o cotidiano se transforma em um campo potencial de luta (idem, 1998).

Embora a economia solidária esteja inserida, ela não se integra plenamente a institucionalidade convencional. Isso se deve ao fato de que, apesar de ser absorvida como uma política governamental, suas pautas questionam e desafiam as estruturas e as práticas estabelecidas. Por se tratar de uma política de governo, sofreu desmantelamento e está em vias de reconfiguração. A economia solidária também pode ser entendida como uma invenção social e que está sendo incorporada à coisa pública como um neófito. Daí a pertinência com a abordagem de usos, de Certeau.

Quatro são os documentos de referência das Conferências Nacionais de Economia Solidária, convocadas pelo Governo Federal conforme estabelece os marcos regulatórios.

Para o presente paper, dois movimentos complementares foram realizados: coleta quantitativa da incidência das palavras “comunidade/ comunitário/ comunitária” nos documentos supra. Depois de as palavras terem sido localizadas e contabilizadas nas respectivas peças, iniciou-se processo de contextualização do seu uso, ou seja, compreender quais eram os sentidos atribuídos àquela palavra, próximo à perspectiva de análise de conteúdo.

Nos quatro documentos, há a seguinte incidência numérica dos termos “comunidade”, “comunitário”, “comunitária”:

Tabela 1 – Incidência do termo “Comunidade” por Documento das Conferências

Conferência	Comunidade / Comunitário / Comunitária
1ª Conferência - 2006	12
2ª Conferência - 2010	30
3ª Conferência - 2014	12
4ª Conferência - 2024	11

Fonte: Elaboração própria

Notadamente, o texto do ano de 2010 foi aquele que maior profusão dos termos manifestou; nos demais, o número apresentou-se constante. O fato de a II Conferência ter apresentado o maior número de menções pode refletir um momento de maior mobilização em torno do conceito por parte da institucionalidade.

Ao iniciar a leitura, constatou-se que não há glossários ou qualquer nota de rodapé que torne adequadamente evidenciado o sentido que os textos atribuem à palavra “comunidade”.

A maior parte das menções esteve vinculada ao sentido exemplificativo do rol de organizações econômicas, como as “comunidades camponesas, de agricultura familiar, de extrativismo e de pesca artesanal, e por povos e comunidades tradicionais” (Brasil, 2010, p.3). Como “comunidades tradicionais” já se encontra como tema dos marcos regulatórios vigentes, ele corresponde a “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução (...)” (Senado, 2007).

Das comunidades tradicionais também é lembrada a luta histórica contra a mercantilização da vida, a qual compartilha valores, princípios e práticas com a economia solidária. Em um dos trechos, é mencionada a importância de “avançar no reconhecimento do direito às formas econômicas associativas” (II Conferência Nacional de Economia Solidária..., p.14), o que ocorreria por meio de políticas públicas que valorizassem suas características culturais e étnicas. Em outro, a sustentabilidade, embebida em práticas extrativistas e agroecológicas, “resgatam e valorizam a cultura dos povos e comunidades tradicionais”.

O teor aqui é de que comunidade é equivalente a tipologias de grupos. No caso das comunidades tradicionais, o texto vincula uma aliança histórica entre trabalhadores em favor dos bens comuns.

As palavras “comunitário” e “comunitária” são também utilizados para caracterizar os bancos e fundos, instrumentos operacionais das finanças solidárias. Especialmente, no documento da 2ª Conferência, a promoção do desenvolvimento comunitário estava relacionada ao desenvolvimento das finanças solidárias, “fortalecendo a produção e o consumo de produtos locais” (Brasil, 2010, p.14), mas ainda não reconhecidas ou mesma impedidas

de acesso às políticas públicas. Aqui o conteúdo é de que comunidade pode ser uma denominação a ser acoplada a iniciativas e experiências que promovem outro modo de desenvolvimento.

Para que esse modelo de desenvolvimento ocorra, agentes de desenvolvimento comunitário e redes de agentes aparecem como medidas fundamentais para disseminação de ações de formação e assistência técnicas a empreendimentos. Na 3ª Conferência, o agente de desenvolvimento comunitário passa a ser denominado “agente de desenvolvimento solidário” e é tratado como “aquele/a que atua nas comunidades e territórios no apoio aos empreendimentos econômicos solidários, mobilizando e apoiando a construção de estratégias de desenvolvimento local permeadas pela economia solidária” (Brasil, 2014, p.33).

Em alguns trechos dos documentos, comunidade é percebido como um lugar físico: “pequenas comunidades isoladas” (Brasil, 2010, p.9), “os aspectos locais de comunidades que enfrentam limitações por causa de fenômenos naturais, de seca e cheia” (idem, 2010, p.19). E não se trata de qualquer lugar: há tendência de ser descrita como aquele não aderente ao modelo moderno de configuração espacial de cidade, ou seja, fora dos traços da urbanidade convencional.

No documento da 4ª Conferência, essa demarcação é mais genérica, ainda que se mantenha geograficamente localizável como uma zona intermediária entre o micro e o macro:

É nos bairros, ruas, comunidades, aldeias, municípios, entre outros, onde nasce e se desenvolve a economia popular e solidária a partir de seus vínculos de vizinhança, parentesco, de amizades, festejos e crenças e luta pela sobrevivência e resistência cultural.” (Brasil, 2024, p.7).

A expressão “comunidades rurais e urbanas” é trazida sob duas abordagens: a) uma delas é a também física, quando a palavra “residente” antecede o uso de “comunidades rurais” (Brasil, 2010, p.14) e outra que é também geográfica, mas que mantém linhas tênues entre o que é comunitário e territorial:

Ao manter sua sociabilidade com base nos mais próximos nas comunidades urbanas e rurais, a economia popular e solidária cria um potencial local de dinamização de baixo para cima e de dentro para fora, possibilitando a circulação da renda no local e o controle da riqueza por

aqueles que trabalham e produzem no território. Nesse sentido, produz uma territorialidade que lhe é condizente” (Brasil, 2024, p. 7)

Seria aqui o comunitário uma reação defensiva diante do contexto social da globalização (Castells, 1999)? De um lado, a comunidade é um locus fixo, por outro, está como uma (des)continuidade; ao mesmo tempo em que traz à tona especificidades locais, é um (não) lugar, concebido como resultado das práticas e intervenções humanas sobre o meio, fruto de uma de tantas formas com que as pessoas enxergam a realidade. É considerada como se uma dinâmica própria fosse.

No primeiro ano de Conferência, o documento ao tempo que tratava de “pequenas comunidades isoladas” (Brasil, 2006, p.9), pautava, em seguida, a importância “de se unir a outras comunidades em redes de produção” (idem, 2006, p.10) no sentido da construção de desenho ou arranjo produtivo que contemple a organização em rede. Essa percepção destaca que as comunidades poderiam se perceber como partes integrantes de um sistema mais amplo, onde cada uma delas se conecta e interage com outras, se realizando, em termos produtivos, como estrutura e como dinâmica.

Há comunidades que são tratadas como “engajadas em seu próprio desenvolvimento” (Brasil, 2006, p.9) e que mesmo “carentes (...) se mobilizam para pôr em marcha um outro desenvolvimento, promovido por empreendimentos familiares ou coletivos, sob a forma de cooperativas ou associações de pequenos produtores” (Brasil, 2006, p.8). Estas são diferenciadas de outras, “comunidades empobrecidas pelo modelo de desenvolvimento excludente” (Brasil, 2010, p.16). Nesse caso, haveria dois tipos de comunidades: de um lado, as aderentes aos propósitos da economia solidária, que são ativas em prol de processos inclusivos, enquanto outras estão subordinadas ao modelo hegemônico que perpetua iniquidades. No trecho do documento de 2010, faz-se necessário observar a passagem – “a relação com as comunidades em que estão inseridas” (Brasil, 2010, p.3). Da forma como está expressa, dá-se a entender que a entrada do modo de produção capitalista pode ser negociada, consideração problemática em função da simplificação de complexas dinâmicas socioeconômicas.

De forma mais declarada no documento da 2ª Conferência, a palavra “comunitário” foi vinculada ao “surgimento de várias iniciativas de projetos alternativos comunitários” (Brasil, 2010, p.8), a “estratégia de organização comunitária de resistência e conquista de direitos” (idem, p.3), “gestão

comunitária” (idem, p.3), “formas organizativas comunitárias que precisam ser reconhecidas pelo Estado e apoiadas com acesso às políticas públicas necessárias ao seu desenvolvimento” (idem, p.14), “a política de economia solidária deve ser (...) com participação democrática comunitária e popular” (idem, p.15), “busca da inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania” (idem, p.17). A comunidade é entendida como um espaço de ação social onde sujeitos se organizam em torno de objetivos comuns relacionados à participação e ao acesso de direitos, muito próximo à discussão de Touraine. Essa abordagem destaca a importância da participação ativa dos indivíduos na construção de suas realidades sociais.

Na quarta edição dois segmentos – mulheres e jovens – tiveram seções específicas no documento-base. As lutas identitárias aparecem quando mulheres são retratadas como “profundamente inseridas em suas comunidades, tendo papel de lideranças locais e trabalhando comunitariamente para o desenvolvimento delas” (Brasil, 2024, p.16) e que “fomentar a participação da juventude no turismo de base comunitária não apenas valoriza a cultura e a história locais, mas também promove o desenvolvimento econômico de maneira sustentável e inclusiva”. (idem, p.17)

A análise dos usos da palavra “comunidade” e suas variações nos documentos das Conferências Nacionais de Economia Solidária revela significativa complexidade. A variação na incidência dos termos ao longo das conferências pode indicar mudanças nas prioridades ou no foco das discussões sobre economia solidária.

Com o passar das edições, os usos da palavra comunidade foram diminuindo sua força criativa e passaram a majoritariamente denominar o local e os tipos de grupos – bancos comunitários, comunidades tradicionais. Também levanta questões sobre a heterogeneidade de experiências que são homogeneamente denominadas comunitárias.

A construção de antagonismos – nós versus eles – parece a alternativa encontrada pela economia solidária para lidar com sua condição pós-socialista (Fraser, 2022). Ao mesmo tempo que desenvolvimento é comunitário porque dele todos participam (Brasil, 2006), é “orientado a um público-alvo historicamente excluído, que sofre crescentes graus de pobreza, de violência urbana e exclusão social” (Brasil, 2006, p.18). É a tensão

da reorganização do mundo do trabalho num cenário neoliberal a partir do ideal de radicalização da democracia.

Como neófito na coisa pública, a economia solidária é instada a traduzir a ideologia macro, abstrata, em implementação de políticas públicas, práticas. Sua atuação, ainda que se pretenda universal, é obrigada a ser focalizada, ficando evidenciado, assim, que o termo comunidade, para ser adequadamente pronunciado, precisa lidar com complementos. Que comunidade se está falando?

Dessa maneira, o uso da terminologia “comunidade”, ainda que corteje acepções contemporâneas como redes e identidade, é afim ao que o conceito sociológico seminal de comunidade propunha - remete a um ideal, que evoca um sentimento saudosista de algo que não foi vivenciado. Um “paraíso perdido” que seria caracterizado por relações mais autênticas e significativas, onde nem tudo se dissolve no ar.

Considerações finais

A análise dos documentos das Conferências Nacionais de Economia Solidária evidencia a complexidade e a multifacetada natureza do conceito de “comunidade” em relação às práticas da economia solidária. O uso do termo revela-se dinâmico e, muitas vezes, ambíguo, refletindo tanto a diversidade como as tensões das experiências. A necessidade de contextualização é fundamental: para que o termo seja utilizado de maneira adequada, parece necessário evidenciar a que tipo de comunidade se refere. A ausência de definições claras nos documentos pode levar a interpretações variadas e, em última instância, ao esvaziamento do significado do termo. Essa fluidez, embora permita a inclusão de diversas perspectivas, também pode gerar confusões que comprometem a eficácia das políticas públicas.

Por fim, trata-se este de um trabalho em fase de desenvolvimento que, ao abordar temas complexos e já amplamente discutidos sob diversas e até contraditórias perspectivas, está aberto a complementações. Embora ainda represente contribuições iniciais, essas reflexões podem oferecer insights valiosos para fundamentar teoricamente outros estudos sobre economia solidária.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança na era da incerteza. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

BRASIL. III Conferência Nacional de Economia Solidária. **Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável**. Brasília, 2014.

BRASIL. I Conferência Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. Brasília, 2006.

BRASIL. II Conferência Nacional de Economia Solidária. **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável**. Brasília, 2010.

BRASIL. IV Conferência Nacional de Economia Solidária. **Economia Popular e Solidária como Política Pública**: Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. In.: Fundação Luis Eduardo Magalhães. **Economia Solidária**: desafios para um novo tempo. Salvador: FLEM, 2003, p.33-53.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SANTOS, Aline Mendonça dos. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In.: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça de (orgs.). **Economia solidária**: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto (Org.). **Ação pública e economia solidária:** uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

Palácios, M. (2001). O medo do vazio: Comunicação, sociabilidade e novas tribos. In: A. A. Rubin (Org), **Idade média**. Salvador: UFBA.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social:** o alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética:** precedido por questões de método. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. Decreto nº 6040/2007. Brasília: Senado Federal, 2007. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm?form=MG0AV3

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade:** leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade:** leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143.



Equipe do projeto Anônimos Notáveis
Felipe (esq.), Andressa (ao centro), Clara (dir.)
Belo Horizonte, Setembro, 2024



APRESENTAÇÃO DOS AUTORES

Anônimos Notáveis: uma experiência com a Diversidade Cultural no espaço comunitário

Andressa Iza Gonçalves

Bacharel em Turismo pela PUC Campinas e Especialista em Tecnologia Social da Memória. Presidenta da Viraminas Associação Cultural, pesquisadora e produtora de documentários premiados, autora de “Memórias Iluminadas” e “Reinado de Bené”. Palestrante e mentora em Mobilização Social e Sistemas Municipais de Cultura. Conselheira titular de Museus, Espaços de Memória e Acervos do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais.

Felipe de Oliveira

Mestre em Artes pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Especialista em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA e graduado em Cinema e Audiovisual também pelo Centro Universitário UNA. Felipe de Oliveira é um cantor mineiro que iniciou sua carreira musical em 2015, após uma trajetória no cinema. O artista vincula a música à herança cênica deixada pela sua passagem no audiovisual. Realizou um financiamento coletivo para a produção do 1º álbum da carreira, intitulado “Coração Disparado” (2018). Seu 2º álbum, Terra Vista da Lua, foi contemplado no Prêmio da Música Popular Mineira em 2022. Atualmente, é doutorando em Artes pela UEMG e trabalha no lançamento de um novo trabalho em homenagem a Sérgio Sampaio. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4455416153078942>

Maria Clara Martins Rocha

Mestra em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pós-graduada em Artes Plásticas e contemporaneidade pela Escola Guignard da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), graduada em Licenciatura em Artes Visuais na Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Clara

Rocha tem pensado criticamente a ética do cuidado dentro do ativismo e seus impactos comunitários e políticos em uma pesquisa de doutorado na *Goldsmiths University*. Ela também criou o projeto *The Family Moment* trabalhando com famílias para construir novas formas de praticar a parentalidade por meio de uma perspectiva mais respeitosa, lúdica, gentil e feminista. Tem trabalhado na área de curadoria e consultoria de arte e educação desde 2013 orientando e acompanhando artistas e construindo diferentes tipos de experiências com exposições de arte no Brasil e no Reino Unido. Atualmente é pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural em Belo Horizonte e da Cátedra Oscar Sala do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8580586227641969>

Práticas comunitárias, territórios, cidadania e regionalização

José Oliveira Jr.

Mestre em Comunicação Social: Interações Midiáticas (PUC Minas 2016), Especialista em Novas Tecnologias em Comunicação (UNI-BH, 1997); Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (UEMG); Consultor UNESCO para o Ministério da Cultura na implantação do Sistema Nacional de Cultura em MG (2012-2013); Consultor no Brasil da Agenda 21/agenda 2030; Diretor não-remunerado de apoio ao trabalhador associado do SATED Minas; Conteudista do curso de formação de conselheiros de patrimônio e políticas culturais em Minas Gerais (UEMG/UTRAMIG, 2016). Atuou como gerente de colegiados da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte (2016-2019), Diretor de Museus da Fundação Municipal de Cultura (2015-2016) e como Coordenador de Projeto Culturais do Departamento Regional do Sesc em Minas Gerais (2012-2015). Pesquisa os seguintes temas: Diversidade Cultural, Gestão Pública de Cultura, Instâncias de participação social, Financiamento da Cultura, Marcos regulatórios em Arte e Cultura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3477943101571774>

Usos do termo “Comunidade” nos documentos de referência das Conferências Nacionais de Economia Solidária: significados e implicações para a prática social

Sílvia Maria Bahia Martins

Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (2011). Especialista em Gestão de Cooperativas pela Faculdade

de Tecnologia do Cooperativismo – Escoop em parceria com o Sescop Bahia (2022); em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes; em Psicologia Social de Fundamentação Pichoniana pelo CIEG e em Processo Criativo e Facilitação de Grupos – Abordagem Junguiana, cursos com chancela da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Graduada em Comunicação Social – habilitação Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (2007). Atuou na Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia entre 2009 e 2023. Foi integrante da Rede de Instrutores do Governo da Bahia por meio da Secretaria de Administração do Estado da Bahia nos campos da gestão e da aprendizagem organizacional entre 2011 e 2023. Atua como tutora de EAD desde 2007, especialmente, nos campos de gênero, gestão social, políticas públicas. Atualmente é estudante da *Especialización en Métodos y Técnicas de Investigación Social*, pela Clacso Argentina.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0684274543712447>



Trabalho desenvolvido durante o projeto Anônimos Notáveis
Centro Cultural Lindeia Regina
Belo Horizonte, Junho, 2024



SOBRE A EQUIPE EDITORIAL E EDITORIA DE ARTE

José Márcio Barros

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor e pesquisador do PPG Artes/UEMG e do Pós-Cultura/UFBA. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1604785658347017>

Ana Carolina de Lima Pinto

Mestra em Comunicação Social e graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Em pesquisa, volta-se principalmente para o tema “cultura, comunicação e consumo”. Atua como Assessora de Comunicação desde 2008, e tem experiência no desenvolvimento de campanhas e projetos corporativos e para instituições culturais. Atualmente é Coordenadora de Comunicação e Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8023395436245840>

Ana Paula do Val

Mestra em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Políticas Públicas para América Latina *Clacso* e em Cultura e Comunicação pela Universidade Paris VIII. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Artes Plásticas pela *Schule Belletristik*. Atua como gestora cultural, professora, pesquisadora, artista, arquiteta e urbanista e integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural e do Maloca.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6494884930253814>

Juan Ignacio Brizuela

Doutor em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos - IHAC, UFBA. Posdoc (CAPES/Brasil) do Programa Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da UNILA. Colíder do grupo Observatório da Diversidade Cultural - ODC, junto ao prof. José Márcio Barros

(UEMG/PósCultura). Idealizador do @recantolatino.rl – produtora cultural. Pesquisador da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência (IEA/USP), selecionado na titularidade do prof. Néstor García Canclini (2020/2022).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6362525134331343>

Kátia Costa

Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Gestão Cultural pelo Itaú Cultural e Universidade de Girona. É aluna do curso de Gestão Social e Políticas para o Patrimônio Cultural pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integra o Observatório da Diversidade Cultural e o Observatório da Economia Criativa/UFBA. É produtora e gestora cultural. Atua na área de gestão e políticas culturais. Tem experiência no assessoramento de projetos sociais e culturais, formação de gestores e conselheiros de cultura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0678094063211133>

Priscila Valente Lolata

Mestra em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia e doutoranda em Cultura e Sociedade no Pós-Cultura/UFBA. Professora de História da Arte na Escola de Belas Artes da UFBA e membro do Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade Cultural. Atua também como curadora e crítica de arte independente.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8092851472158617>

Sharine Melo

Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, com período de bolsa sanduíche na Universidade de Leeds (Inglaterra). Mestra em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduada em Comunicação Social (habilitação em Publicidade e Propaganda) pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. . Atualmente, é Administradora Cultural na Funarte SP e pós-doutoranda na Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo), onde pesquisa “A Institucionalidade da Cultura no Contexto Atual de Mudanças Socioculturais”, sob coordenação do Prof. Dr. Néstor García Canclini. Entre 2016 e 2017, concebeu o Site Vozes da Funarte SP (<http://sites.funarte.gov.br/vozessp/>), tendo participado também de todo o processo de pesquisa de conteúdo e imagens, entrevistas, redação e design. Colaborou em ações

do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP Paulista Luz) e participou da articulação entre instituições culturais da região dos Campos Elíseos. É integrante do Grupo de Pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural e dedica-se à pesquisa sobre as políticas culturais no Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7125028570736485>

Sílvia Maria Bahia Martins

Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (2011). Especialista em Gestão de Cooperativas pela Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo - Escoop em parceria com o Sescop Bahia (2022); em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes; em Psicologia Social de Fundamentação Pichoniana pelo CIEG e em Processo Criativo e Facilitação de Grupos - Abordagem Junguiana, cursos com chancela da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Graduada em Comunicação Social - habilitação Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (2007). Atuou na Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia entre 2009 e 2023. Foi integrante da Rede de Instrutores do Governo da Bahia por meio da Secretaria de Administração do Estado da Bahia nos campos da gestão e da aprendizagem organizacional entre 2011 e 2023. Atua como tutora de EAD desde 2007, especialmente, nos campos de gênero, gestão social, políticas públicas. Atualmente é estudante da *Especialización en Métodos y Técnicas de Investigación Social*, pela Clacso Argentina.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0684274543712447>



SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma organização social **certificada como Ponto de Cultura pelo MINC e SMC de BH**, integrado a um grupo de pesquisa, que desenvolve projetos e ações de formação, investigação, difusão de informações e consultoria..

Os objetivos centrais são produzir e difundir informação qualificada, desenvolver pesquisas que gerem conhecimento crítico, realizar processos de formação e prestar consultoria no campo interdisciplinar da proteção e promoção da diversidade cultural e suas interfaces com as políticas culturais, gestão cultural, processos de mediação, memória e patrimônio, educação, saúde, meio ambiente etc.

Com sede em Belo Horizonte (MG), a ONG atua de forma presencial e virtual em diversos territórios do estado de Minas Gerais e de outros estados brasileiros. O grupo de pesquisa é integrado por pesquisadores de diferentes instituições como UEMG, PUC Minas, UFBA e UFC, que atuam nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Ceará.

Coordenado pelo Prof. Dr José Márcio Barros desde sua fundação, em 2010, o ODC foi reconhecido internacionalmente como uma das melhores práticas em promoção da diversidade cultural pela comissão alemã da UNESCO.

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

Formação

Realização de seminários, oficinas e cursos de curta e média duração integrados ao Programa Pensar e Agir com a Cultura, com o objetivo de formar e capacitar gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes e lideranças culturais, pesquisadores, comunicadores e interessados em geral por meio de metodologias reflexivas e participativas.

Pesquisa

Desenvolvimento de pesquisas e realização de diagnósticos e mapeamentos utilizando-se de metodologias qualitativas e quantitativas referentes a processos de gestão cultural, construção de políticas culturais, práticas culturais etc.

Informação

Produção e disponibilização de informações focadas na diversidade cultural e seu amplo espectro de existência e diálogo, por meio da publicação de livros, edição de boletins e revista, manutenção de um portal informativo e de uma política de difusão nas redes sociais.

Consultoria

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não governamentais, no que se refere às áreas da Cultura, Diversidade e Gestão Cultural.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Programa Pensar e Agir com a Cultura / Curso Desenvolvimento e Gestão Cultural – 2003 a 2024 responsável pela formação e capacitação de mais de 5.000 pessoas;
- Portal Observatório da Diversidade Cultural (www.observatoriodadiversidade.org.br);
- Revista Boletim ODC com 101 edições lançadas;
- Pesquisa “Mapeamento da Diversidade Cultural em Belo Horizonte” (2011-2013);
- Pesquisa “Arte, gestão cultural e território: desafios para a promoção da diversidade em equipamentos culturais públicos em Minas Gerais e Bahia” (2018-2020);
- Pesquisa A LAB 1 e a diversidade cultural em MG (2023-2024);
- Seminário Diversidade Cultural – 07 edições entre 2005 e 2014 e uma em 2020;
- Participação na Comissão de elaboração do relatório quadrienal do Brasil de monitoramento da Convenção da diversidade para a UNESCO;
- Publicação de 9 livros e inúmeros artigos.

